ISSN: 1984-8781 - Anais XVIII ENANPUR 2019. Código verificador: **IRCyKOpUMi5Z** verificar autenticidade em: http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais

LENTES E PERSPECTIVAS DO NORDESTE: Da interiorização do desenvolvimento à crise

Autores:
Juliana Bacelar de Araújo - UFRN - julianabacelararaujo@gmail.com
Maria do Livramento Miranda Clementino - UFRN - clement@ufrnet.br
Rodolfo Finatti - UFRN - rodolfofinatti@alumni.usp.br
Rebeca Marota da Silva - UFRN - rebeca.economia@gmail.com

Resumo:

O objetivo deste artigo é mostrar as principais transformações na estrutura produtiva e no mercado de trabalho formal da região Nordeste nos anos 2000, a partir dos dados das Contas Regionais, do IBGE, e da RAIS. Os resultados apontam que a dinâmica econômica da região, entre 2004 e 2014, foi impulsionada pela expansão da renda, do crédito e do emprego, por investimentos em infraestrutura econômica e social, pela ampliação das políticas públicas e pelo crescimento das exportações, com importantes desdobramentos sobre o mercado de trabalho. Houve uma expressiva formalização das ocupações e forte tendência à interiorização do desenvolvimento. Todavia, a partir de 2014/2015, as economias brasileira e nordestina entraram em crise. O Nordeste tem apresentando taxas de retração da atividade econômica e do emprego formal acima da média nacional. No entanto, continua apresentando enumeras potencialidades, mas, faz-se necessária a retomada de investimentos associada a melhorias no mercado de trabalho.

LENTES E PERSPECTIVAS DO NORDESTE

Da interiorização do desenvolvimento à crise

Introdução

No início dos anos 2000, o Brasil e o Nordeste vivenciaram um processo de dinamização da atividade econômica seguido por uma forte crise econômica e política. Entre 2004 e 2010, observou-se a implementação de uma experiência de crescimento econômico combinada com ampliação e formalização do emprego, queda do desemprego, melhoria da renda e redução das desigualdades.

É no ambiente mundial e nacional do momento favorável que a economia do Nordeste se aquece, ampliando sua produção em ritmo acima da média nacional, impulsionada principalmente pela expansão da renda, do crédito e do emprego e, também, pela capacidade de atrair um importante bloco de investimentos públicos e privados. A implementação e consolidação das políticas sociais e a política de valorização do salário mínimo também contribuíram para o dinamismo da economia regional, especialmente no que se refere à expansão do consumo das famílias. O crescimento das exportações, principalmente de *commodities*, favoreceu a expansão da fronteira agrícola em direção ao cerrado nordestino, através do agronegócio voltado para a produção de grãos, bem como da fruticultura irrigada em áreas do cerrado e do semiárido (ARAÚJO, 2015).

Esses movimentos proporcionaram importantes transformações na estrutura produtiva regional, como a "perda de importância relativa de bases tradicionais antigas (complexo pecuária/algodão/policultura e complexo sucroalcooleiro), o avanço significativo do terciário (serviços de educação, saúde, comércio moderno e serviços às empresas), da indústria (de transformação e da construção civil) e do agronegócio (voltado para a produção de grãos e de frutas)" (CGEE, 2014, p.24). Observa-se, também, a dinamização das bases produtivas de pequeno e médio portes e a consolidação de arranjos produtivos locais, o fortalecimento de setores tradicionais da economia (como a construção civil, a indústria tradicional de alimentos, a fruticultura, os serviços ligados ao turismo, entre outros) e a melhoria na infraestrutura econômica da região.

Todavia, a crise financeira de 2008 atinge o país e reconfigura o cenário internacional, até então bastante favorável. A economia nacional retrai seu produto em 2009 e retoma o crescimento a partir de 2010, sem, entretanto, conseguir manter os mesmos patamares observados anteriormente, especialmente entre 2004 e 2010. Nesse novo ambiente, o mercado mundial de commodities, que favorecera o Brasil e o Nordeste nos anos anteriores, sofre brusca alteração, com declínio significativo de preços. Entre 2011 e 2014 verifica-se, assim, uma desaceleração do ritmo de incremento da atividade econômica nacional e regional, o que sinalizava também o fim do modelo anterior de incremento do PIB.

A partir do final de 2014, o país entra em crise, com forte queda do PIB em 2015 e 2016, e que apresenta importantes reflexos para o Nordeste e outras regiões, que vinham exibindo importantes taxas de incremento no período anterior. O Nordeste é duplamente atingida pela crise através da retração da atividade econômica e dos investimentos que vinha atraindo, bem como de seus desdobramentos sobre o mercado de trabalho e a renda.

O objetivo deste artigo é mostrar as transformações mais relevantes na estrutura produtiva e no mercado de trabalho formal da região Nordeste nos anos 2000. Para isso, divide-se o período de análise em dois momentos: um de expansão, entre 2004 e 2014, e outro de crise, de 2014 a 2016. Além dessa introdução, o presente texto terá mais três partes. Na primeira parte serão apresentadas as principais mudanças na dinâmica econômica regional no período de 2004 a 2016. Em seguida, são analisados os movimentos sobre o mercado de trabalho formal regional, com a utilização de uma nova classificação da atividade econômica que pretende observar as alterações que vem ocorrendo nas economia metropolitanas e no desenvolvimento regional, a partir do reagrupamento da Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE) versão 2.0, com foco na intensidade tecnológica das atividades primárias e secundárias, na construção e no terciário propriamente urbano. Devido à versão 2.0 da CNAE só estar disponível a partir de 2006, nessa parte do texto, serão analisados os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho, para o período de 2006 a 2016. Por fim, serão elaboradas as considerações finais, bem como uma interpretação do cenário atual e de algumas potencialidades da região.

1. DINÂMICA ECONÔMICA DO NORDESTE

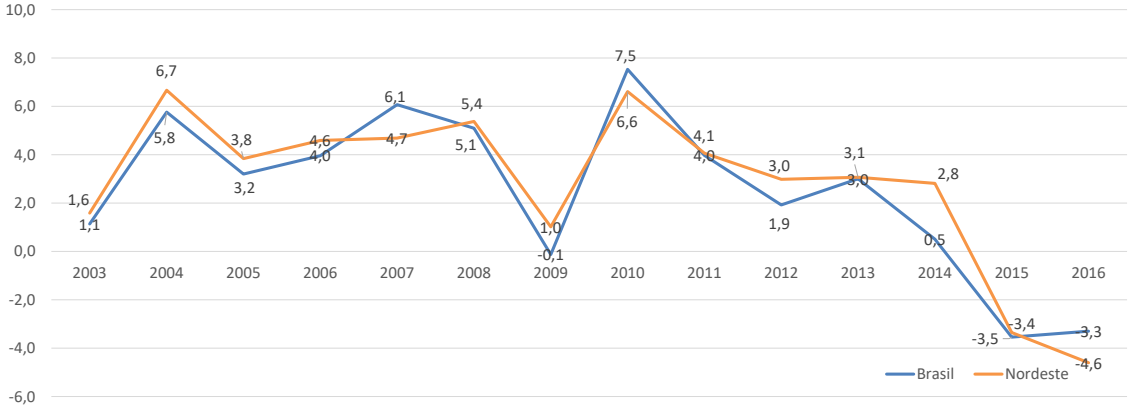
1.1 Expansão, 2004-2014

Seguindo a dinâmica nacional, observa-se na região Nordeste um processo de dinamização da atividade econômica a partir de 2004, com o PIB regional apresentando taxas de incremento acima da média nacional entre 2004 e 2014, com exceção para os anos de 2007 e 2010 (Gráfico 1). Esse processo se iniciou com o crescimento das exportações que, no caso do Nordeste, tem forte relação com o efeito China e a valorização dos preços das *commodities* (agrícolas e minerais). Mas, logo em seguida, esse movimento é complementado pelo expansão do consumo interno, resultado do aumento da renda, do crédito e da geração de emprego, em paralelo a ampliação dos programas sociais e da política de valorização do salário mínimo. Ressalta-se, ainda, a ampliação dos investimentos em infraestrutura econômica e social, que deram um importante dinamismo para a construção civil na região, seja em termos de produto quanto de emprego.

Esse movimento tem um interrupção em 2009, reflexo da crise financeira internacional, mas já retoma sua vitalidade em 2010. Contudo, a partir de 2011, observa-se um processo de desaceleração da atividade econômica nacional e regional, com o Nordeste ainda apresentando taxas de crescimento do PIB acima da média nacional, mas em patamares menores que os verificados entre 2004-2010. Entre 2014 e 2016 a economia entra em recessão, resultante de fatores econômicos e políticos, e cuja região Nordeste apresenta taxa de retração do produto acima da média nacional. Esse período de recessão coincide também

com o fim das obras de um importante bloco de investimentos que veio para região, o que tem importantes impactos para o mercado de trabalho regional.

Gráfico 1 - Taxa de crescimento do PIB a preços constantes. Brasil e Nordeste, 2003-2016



Fonte: IBGE - Contas Regionais. Nota: Valores a preços de 2015, deflacionados pelo deflator implícito do PIB regional/nacional.

Em termos setoriais, verifica-se uma perda de participação da agropecuária e da indústria na região entre 2004 e 2014 e expansão do peso relativo dos serviços, como é possível observar através da Tabela 1.

Tabela 1 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto. Nordeste, 2004-2016

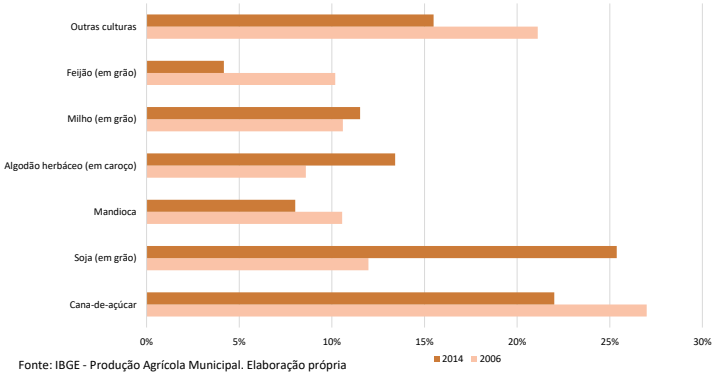
Atividades econômicas	Participação no valor adicionado bruto (%)												
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Valor Adicionado Bruto Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Agropecuária	**10,2**	**8,9**	**8,5**	**8,1**	**8,8**	**7,9**	**6,7**	**7,0**	**6,2**	**6,2**	**6,3**	**6,5**	**6,2**
Indústria	**23,6**	**23,1**	**23,2**	**22,0**	**22,1**	**21,4**	**22,9**	**22,1**	**21,7**	**20,3**	**19,4**	**19,9**	**19,5**
Indústrias extrativa	2,4	2,7	2,8	2,6	3,1	1,6	2,1	2,4	2,7	2,3	1,6	1,0	0,4
Indútrias de Transformação	10,9	11,3	10,6	10,5	10,3	10,1	9,7	8,4	7,6	7,8	7,7	9,0	9,6
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	3,9	3,7	3,5	3,3	3,1	2,9	3,3	3,1	3,1	1,9	2,2	2,6	3,2
Construção	6,4	5,4	6,3	5,6	5,7	6,7	7,8	8,2	8,4	8,3	7,9	7,3	6,3
Serviços	**66,2**	**68,0**	**68,3**	**69,9**	**69,1**	**70,8**	**70,4**	**70,9**	**72,1**	**73,5**	**74,3**	**73,6**	**74,3**
Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas	10,5	11,9	11,7	12,8	13,4	14,2	14,4	14,3	14,8	14,7	15,0	13,8	13,8
Transporte, armazenagem e Correios	3,3	3,2	3,1	3,4	3,6	3,5	3,6	3,8	3,7	3,7	3,6	3,6	3,6
Alojamento e alimentação	1,9	2,3	2,2	2,5	2,3	2,6	2,7	2,9	2,9	3,0	3,1	2,9	3,0
Informação e comunicação	3,0	3,2	3,1	3,0	2,6	2,1	2,0	2,0	1,8	1,8	1,9	1,8	1,6
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	3,0	3,1	3,1	3,2	2,8	2,9	3,1	3,0	3,1	3,0	3,2	3,5	3,9
Atividades Imobiliárias	10,0	9,7	9,2	9,2	9,1	9,0	8,7	8,8	9,6	10,0	10,0	10,3	10,4
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	5,3	5,0	5,1	5,3	4,9	5,3	5,9	6,1	6,3	6,5	6,8	6,1	6,1
Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa, seguridade social	22,4	23,4	24,1	24,2	24,5	25,0	24,4	24,3	23,8	24,3	24,3	24,7	25,0
Educação e saúde privadas	3,5	2,9	3,0	2,9	2,7	2,7	2,6	2,7	3,0	3,4	3,5	3,8	4,0
Outros serviços	3,2	3,3	3,5	3,3	3,2	3,3	3,1	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0

Fonte: IBGE - Contas Regionais.

Apesar da perda de peso relativo da agropecuária no valor adicionado regional ao longo dos anos 2000, de cerca de 10% em 2004 para 6,3% em 2014 (Tabela 1), é possível verificar também importantes transformações na base agrícola do Nordeste nesse período.

No que se refere às lavouras temporárias, verifica-se um maior incremento da produção de soja e algodão herbáceo e perda de peso relativo do valor de produção de lavouras tradicionais, como a cana-de-açúcar, o feijão e a mandioca (Gráfico 2). A produção de grão vem crescendo no cerrado do Nordeste, especialmente na Bahia, Piauí e Maranhão. Enquanto que a cana-de-açúcar continua sendo produzida na faixa litorânea da zona da mata. Destaca-se, ainda, que em 2014 a soja já tinha superado a cana-de-açúcar em termos de valor da produção, o que reafirma a perda de importância relativa de bases tradicionais antigas agrícolas da região Nordeste.

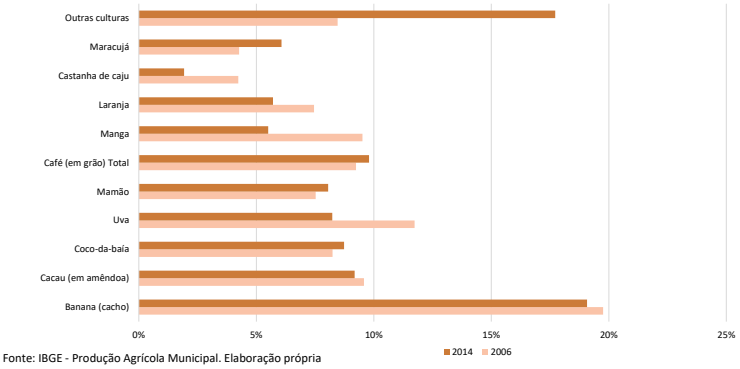
Gráfico 2 - Participação (%) do valor de produção das principais culturas agrícolas temporárias. Nordeste, 2006/2014



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Elaboração própria

Em relação às lavouras permanentes, houve expansão do valor de produção de culturas como o mamão e o maracujá, ligadas às áreas irrigadas – fruticultura irrigada –, enquanto que a banana permanece um produto tradicional da agricultura regional, mas que também vem sendo incorporada à produção irrigada (Gráfico 3). A irrigação desenvolve-se, ainda, na produção de uva e manga nos São Francisco pernambucano e baiano – nos Municípios de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA); de manga, também na região de Livramento do Brumado (BA); de melão, na região de Mossoró, especialmente em Mossoró e Baraúna, e na região do Baixo Jaguaribe, parte cearense da Chapada do Apodi; e de maracujá, na região de Livramento do Brumado, na Bahia, e na região de Ibiapaba, no Ceará (GOMES, 2014; ARAÚJO, 2017).

Gráfico 3 - Participação (%) do valor de produção das principais culturas agrícolas permanentes. Nordeste, 2006/2014



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Elaboração própria

No que se refere à agricultura familiar, segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006, 89,1% dos estabelecimentos agropecuários do Nordeste eram voltados para a agricultura familiar, ocupando mais de 82,2% do pessoal ocupado com mais de 14 anos desses

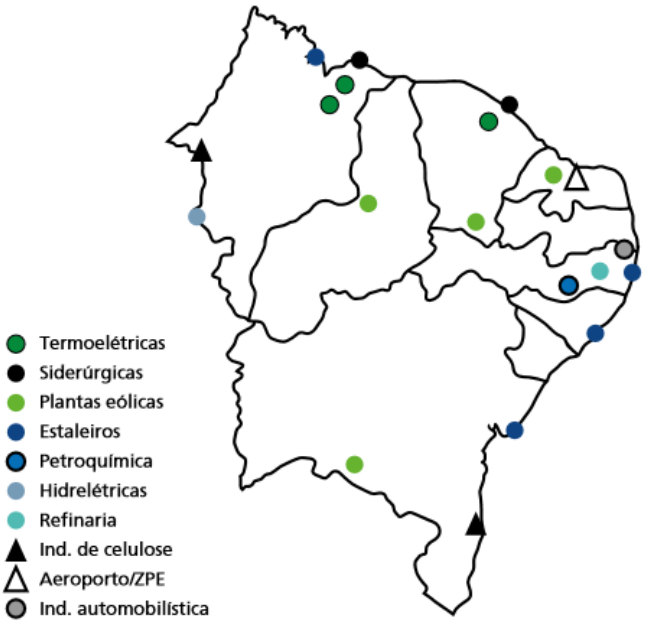
estabelecimentos. Todavia, existem importantes diferenças territoriais na ocupação do solo agropecuário regional. Enquanto que na parte dos sertões alagoano e pernambucano mais de 60% da área territorial dos estabelecimentos agropecuários é voltada para a agricultura familiar, com produção de feijão, mandioca, milho, tomate, banana e castanha de caju; no Extremo Oeste e Sul da Bahia e na zona da mata pernambucana e alagoana, esse percentual é menor que 20%. Essas são áreas de forte presença do agronegócio com produção de soja, feijão, algodão, milho e café no cerrado da Bahia; de cacau, mamão e café, no Sul baiano; e de cana-de-açúcar em todo a zona da mata alagoana e pernambucana (ARAÚJO, 2017).

Ressalta-se, ainda, algumas cadeias produtivas importantes para a economia de alguns Estados, entre elas: a de produtos de "mel de abelha, no Piauí, de camarão, no Rio Grande do Norte, extrativismo da carnaúba, no Ceará e no Piauí, e extrativismo do babaçu, no Maranhão" (CASTRO, 2012, p. 10).

Em relação à indústria, apesar da queda da participação da indústria de transformação de 10,9% para 7,7% do PIB regional entre 2004 e 2014 (Tabela 1), observou-se, nesse período, uma importante atração de grandes projetos estruturantes e a consolidação e implementação de um conjunto de investimentos produtivos industriais nos Estados nordestinos, especialmente aqueles voltados para o mercado de consumo regional (indústria de alimentos e bebidas, higiene e beleza) e para outras indústrias como de energia, siderurgia, mineração, petróleo e gás, automotiva, naval, papel e celulose, vidro e farmoquímica. Segundo Gomes (2014), a partir dos dados do Programa de Aceleração para o Crescimento (PAC) e de outras bases de investimento, era possível identificar um volume de novos investimentos anunciados ou em implantação no Nordeste até 2016 estimado em R$ 340 bilhões, sobretudo para o Maranhão, Bahia, Pernambuco e Ceará. A Figura 1, do BNDES, corrobora a diversidade de setores e evidencia a distribuição espacial dos investimentos previstos na região em 2014.

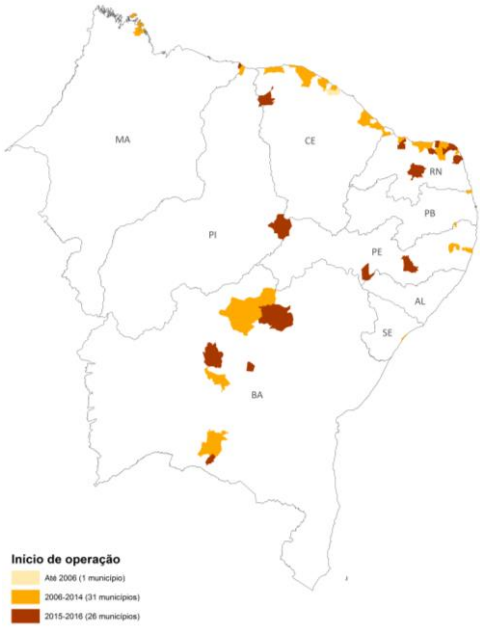
Destaca-se, ainda, que parte importante desses investimentos direcionaram-se para os complexos industriais portuários, como Suape (Região Metropolitana do Recife), Camaçari (Região Metropolitana de Salvador), Pecém (Região Metropolitana de Fortaleza) e Itaqui (Grande São Luís). Além disso, observam-se investimentos na indústria de celulose no Sul baiano e Oeste do Maranhão, em hidroelétrica no Sul maranhense e plantas eólicas no semiárido do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia.

Figura 1 – Nordeste: Projetos estruturadores na região



Fonte: BNDES. Elaboração: GUIMARÃES et al. (2014, p. 60).

Figura 2 – Nordeste: Expansão territorial da produção eólica



Fonte: ANEEL. Elaboração própria.

No que se refere à energia eólica, sua atividade iniciou-se no Brasil a partir dos anos 2000, com a necessidade da ampliação das fontes alternativas de energia. A crise do apagão, em 2001, condicionou o país a criar políticas de incentivos a novas fontes de energia, como o PROINFA (Lei nº 10.438/2002), com o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis (pequenas centrais hidrelétricas, usinas eólicas e empreendimentos termelétricos a biomassa) na produção de energia elétrica.

Diversos institutos de pesquisa[1] apontam o potencial eólico do nordeste Brasileiro indicando ventos fortes e constantes durante todo o ano. Unindo a necessidade de ampliação da matriz energética nacional com o potencial eólico, ocorreu no período de 2005 a 2014 uma "explosão" na construção de parques eólicos Nordeste, levando a concentrar 81% da produção de energia eólica nacional nesta região, segundo dados da ANEEL. A produção regional de energia eólica está localizada em 56 municípios, sobretudo no Rio Grande do Norte, Ceará e Bahia, mas que vem se espalhando também pelo interior e em outros Estado, como é possível observar através da Figura 2, que mostra os parques em operação[2].

No Brasil, em geral, e no Nordeste, em específico, os investimentos em energia eólica se concentraram na construção dos parques, sendo importado todo o conhecimento tecnológico do setor e a indústria de máquinas e equipamentos é essencialmente de

[1] EPE (Empresa de Pesquisa Energética), ANEEL (Agencia Nacional de Energia Elétrica), entre outros.

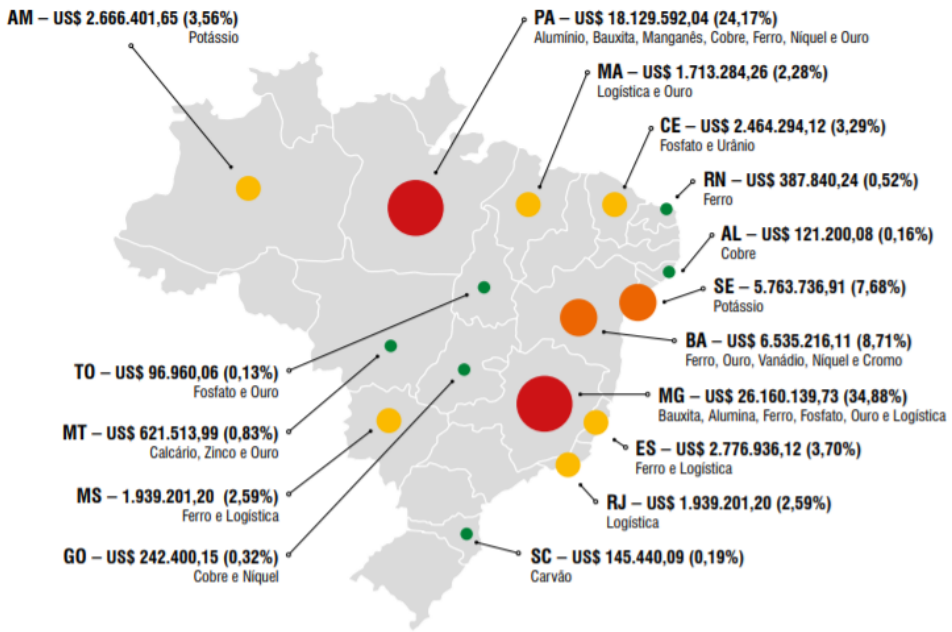
[2] A energia eólica como segmento econômico, indo além da geração de energia limpa e barata, traz retornos aos seus investidores no curto e médio prazo, uma vez que as construções dos parques eólicos duram cerca de dois a três anos. O setor mobiliza empregos diretos nos segmentos de indústria de transformação, construção, produção e distribuição de eletricidade; além de empregos indiretos (no período de construção nas cidades de localização dos parques) nos ramos de hotelaria, restaurantes, prestação de serviços jurídicos, saúde etc.

montagem. Não houve preocupações maiores com a construção da indústria eólica completa[3].

Neste período, observou-se uma grande movimentação econômica nas localidades dos parques eólicos, através do número elevado de empregos diretos e indiretos que foram gerados. Assim, além de não atrair grandes investimentos industriais que pudessem beneficiar a região com a geração desta energia, a energia produzida acaba por ser distribuída nacionalmente, onde até os impostos como ICMS não ficam para os estados produtores e sim com os estados consumidores, concentrados na região Sudeste do país. Sendo assim, a energia eólica que surge com um grande potencial de dinamizar a região, não tem cumprido esse papel para com o Nordeste. A região tornou-se um mero espaço para a atuação do setor, deixando um ínfimo resultado socioeconômico.

O Nordeste também recebeu importantes investimentos da indústria extrativa mineral ao longo dos anos 2000. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Mineração - IBRAM, apenas entre 2012 e 2016, a região recebeu um conjunto de investimentos de cerca de US$ 17 bilhões, 22,6% volume total de investimentos previsto no país, de US$ 75 bilhões (Figura 3).

Figura 3 – Brasil: Principais investimentos do setor mineral por estado (valores em US$ mil), 2012 a 2016



Fonte: IBRAM. Disponível em: <http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00003797.pdf>.

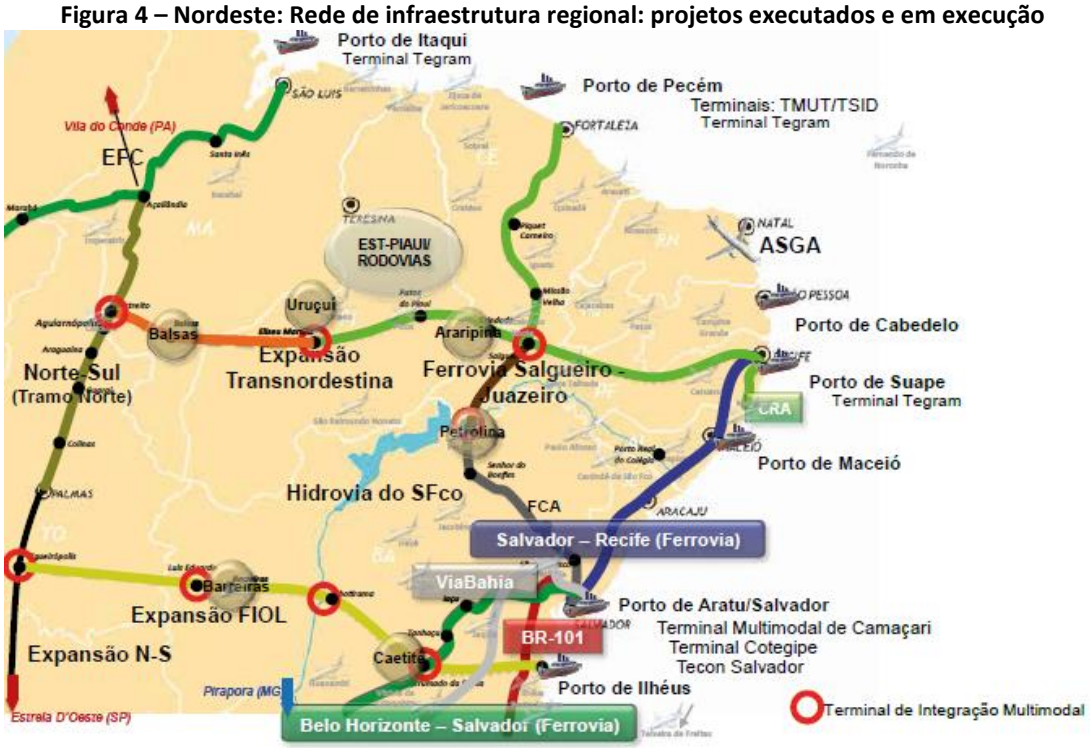
A construção civil se favoreceu a partir dos investimentos produtivos, sejam industriais, sejam de energias renováveis, bem como da retomada dos investimentos em infraestrutura através dos PAC´s e da expansão do setor imobiliário urbano, em especial, com o Programa Minha Casa Minha Vida. Esse subsetor foi o único da indústria que apresentou

[3] O foco era resolver a questão de insuficiência energética nacional, ou seja, atender as demandas nacionais de energia elétrica. Toda a dinâmica econômica que o setor poderia gerar ao possuir a sua indústria completa, indo para além de políticas de mercado, com investimentos em tecnologia e incentivos a indústria nacional de máquinas e equipamentos, ficou represada no período de construção dos parques eólicos, e a região Nordeste perdeu a oportunidade de atrair um conjunto mais expressivo de investimentos industriais que pudessem se beneficiar com a energia limpa e barata gerada nesta região.

ampliação da participação no período de 2004 a 2014, passando de 6,4% do PIB regional em 2004 para 8,4% em 2012 e chegando a representar 7,9% em 2014, já como reflexo do fim de importantes obras e da desaceleração da economia (Tabela 1).

Apenas em relação aos investimentos em infraestrutura na região, é possível identificar, a partir da análise dos dados do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC-2, um volume de mais de R$ 46 bilhões em projetos como ferrovias, duplicação de rodovias, canais e adutoras, drenagens, entre outros, que envolvem um ou mais Estados da região, no período de expansão da atividade econômica[4] (GOMES, 2014). O sistema macrologístico regional, que abarca alguns desses projetos de infraestrutura contemplados pelo PAC, pode ser observado a partir da Figura 4.

Figura 4 – Nordeste: Rede de infraestrutura regional: projetos executados e em execução



Fonte: SIFFERT FILHO, N. F. et al. (2014, p. 136).

A despeito das importantes transformações verificadas na agropecuária e da retomada do investimento industrial na região, foi na construção e no setor de serviços que ocorreram o maior dinamismo da atividade econômica e da geração de empregos nesse período. Em termos de PIB, a participação dos serviços ampliou-se de 66,2% do produto regional em 2004 para 74,3% em 2014, puxados sobretudo pelo dinamismo do comércio, manutenção e

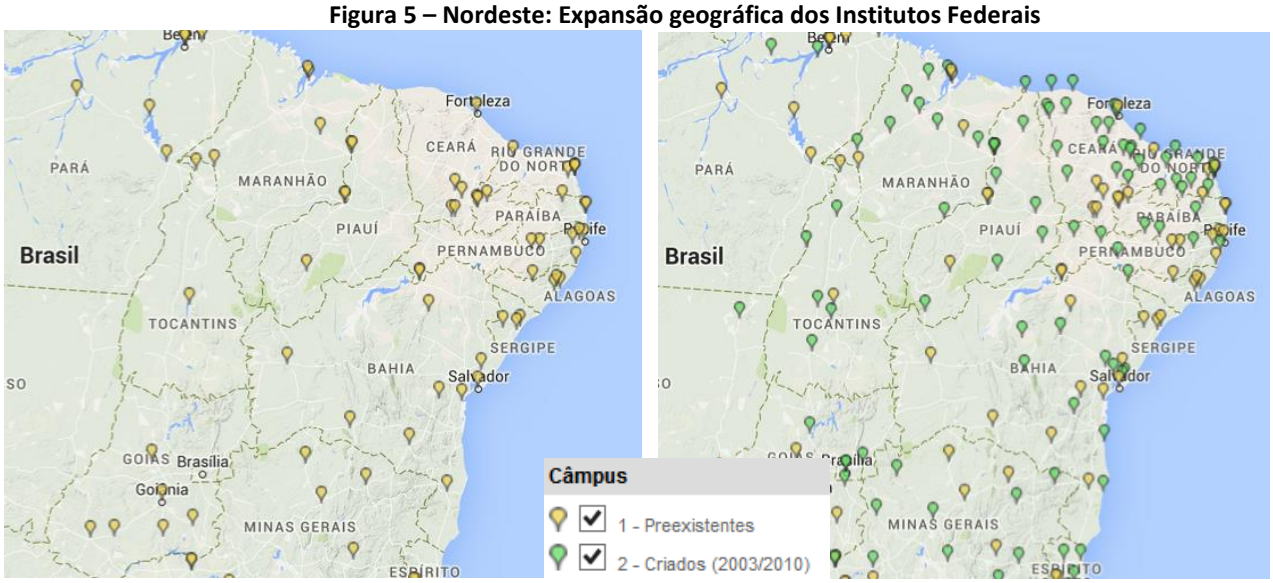
[4] Contudo, é necessário salientar que parte dos investimentos anunciados não foram de fato implementados na região. Alguns exemplos são o Estaleiro EISA em Alagoas, com investimentos previstos de R$ 1,4 bilhão e que até hoje não saiu do papel; e as refinarias Premium I, em Bacabeiras, no Maranhão, com investimento de R$ 40 bilhões, e Premium II, no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, no Ceará, estimada em R$ 22 bilhões, cujos projetos foram cancelados pela Petrobras (PETROBRAS, 2015). Já no caso dos investimentos em infraestrutura, observa-se, além de tensões com a sociedade, o grande prolongamento na execução das obras, como da Ferrovia Transnordestina, da expansão da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL) e da Transposição do Rio São Francisco (ARAÚJO, 2017). Ressalta-se, ainda, que boa parte dos investimentos dos grandes projetos federais não dialogaram imediatamente entre si e nem com as demandas diretas dos estados nordestinos, inclusive no que diz respeito aos de infraestrutura (APOLINÁRIO et al., 2011).

reparação de veículos automotores e motocicletas; administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa, seguridade social; e atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares (Tabela 1). Em termos de emprego formal, 7,8 de cada 10 novos postos de trabalho com carteira assinada abertos entre 2006 e 2014 no Nordeste foram no setor de serviços, ou seja, 2.293.017 dos 2.946.960 novos postos gerados (Tabela 3).

Dentro do comércio, merece destaque a ampliação dos empregos no comércio varejistas, impulsionados pelo expansão da renda e do crédito, bem como pelo fortalecimento do varejo moderno, com o crescimento dos hipermercados, supermercados, *shopping centers*, por exemplo (VALDECI, 2002).

Em relação à dinâmica dos serviços educacionais, destacam-se as políticas públicas de expansão e interiorização da oferta de novas vagas no ensino profissional de nível técnico, tecnológico e superior no país e na região. O Nordeste seguiu a dinâmica brasileira de ampliação e interiorização desses serviços, tanto no âmbito público quanto no privado. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, do Ministério da Educação, a região ampliou o número de estabelecimento de educação profissional de nível técnico de 196, em 2002, para 558, em 2013, dos quais 134 eram federais, 115 estaduais, 8 municipais e 301 privados. O crescimento dos Institutos Federais na região pode ser observado através da Figura 5.

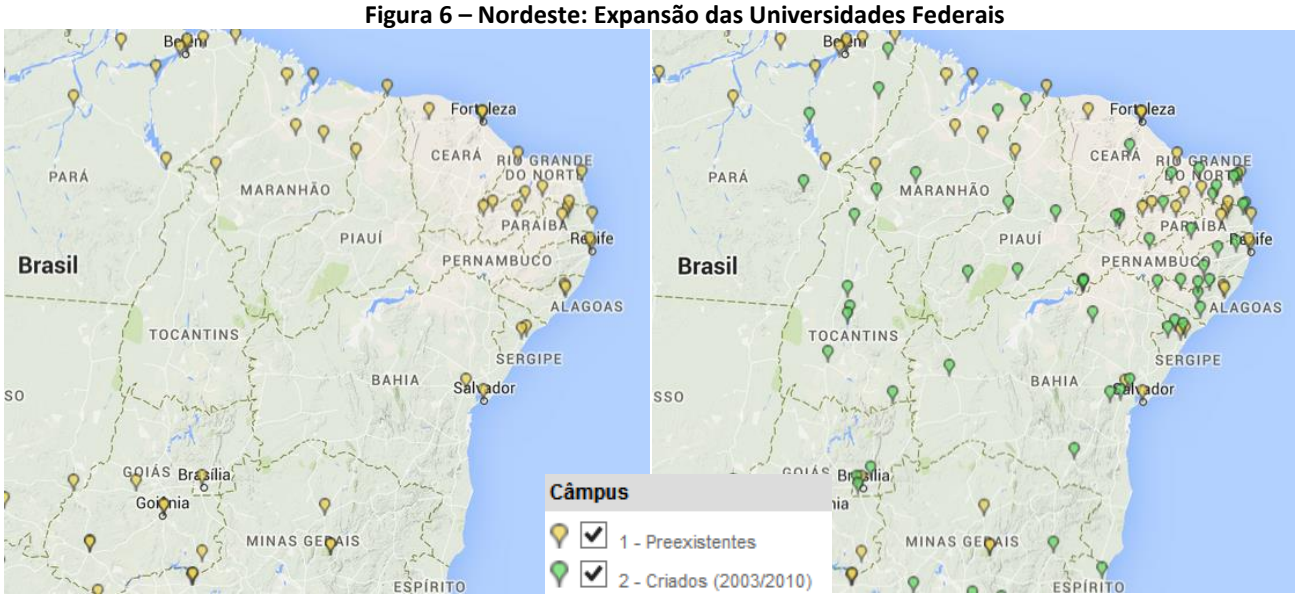
Figura 5 – Nordeste: Expansão geográfica dos Institutos Federais



Fonte: MEC. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/expansao/.

Houve também ampliação do ensino superior privado e público. Até 2002, as universidades federais estavam bastantes concentradas nas capitais e na faixa litorânea da região Nordeste. A partir de 2003 é possível observar a criação de diversas universidades no interior, passando de 30 campi de universidades federais existentes em 2002 na região, para 73 em 2010, e com a previsão de mais 16 depois de 2010, segundo informações do MEC (ARAÚJO, 2015, p. 173).

Figura 6 – Nordeste: Expansão das Universidades Federais



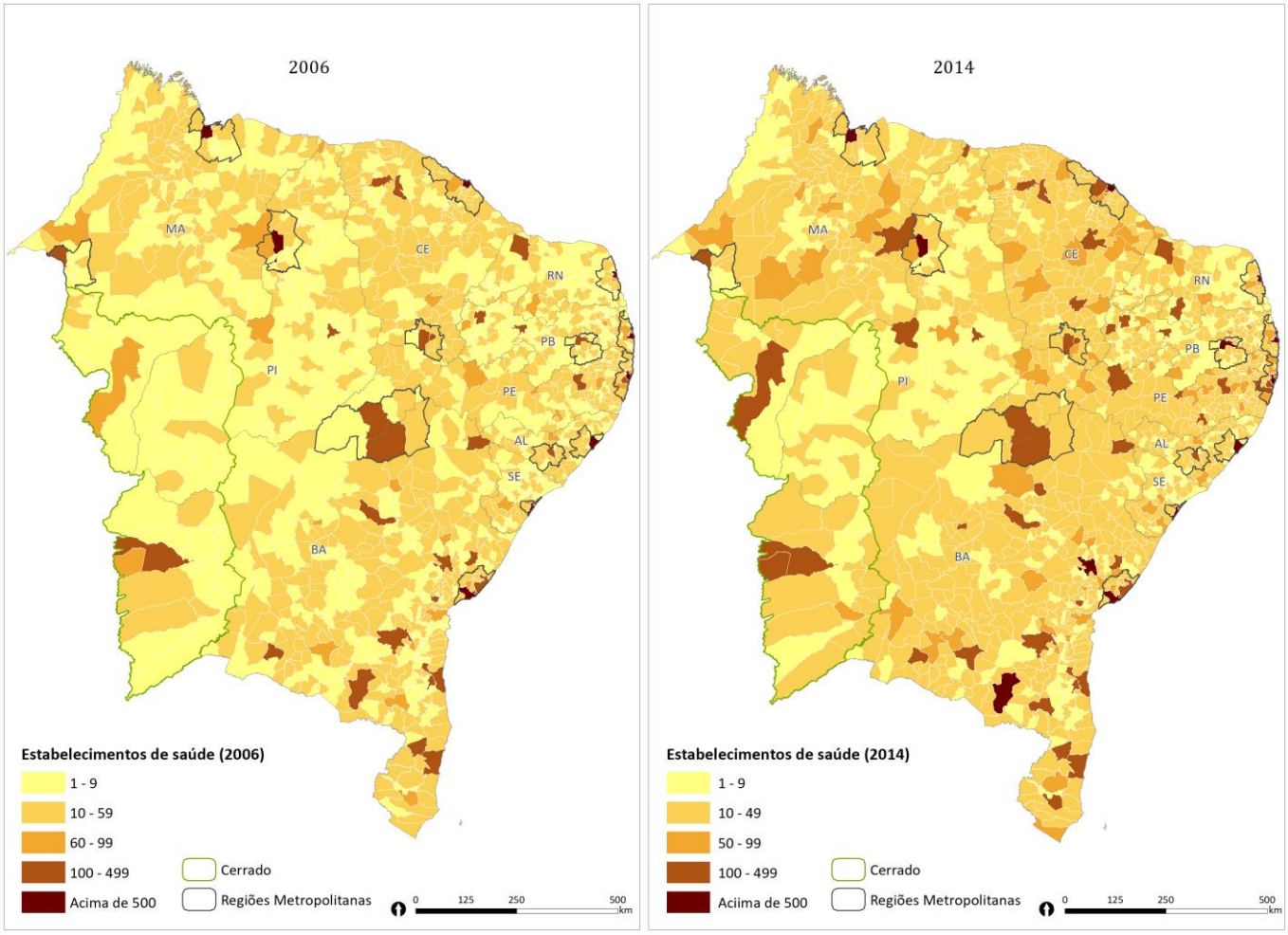
Fonte: MEC. Disponível em http://portal.mec.gov.br/expansao/.

O movimento de expansão e interiorização das políticas públicas também pode ser examinado a partir dos estabelecimentos de saúde[5]. O número de estabelecimentos de saúde passou de um total de 35.716 em 2006 para mais de 60.000 em 2016, de acordo com os dados do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES, do Ministério da Saúde. Essa ampliação ocorreu em alguns municípios das áreas metropolitanas, mas, sobretudo, no interior, como é possível observar através da Figura 7.

Em 2006 haviam 30 municípios na faixa entre 100 e 499 estabelecimentos de saúde, enquanto que em 2016 esse valor saltou para 50 municípios. Já os municípios com mais de 500 estabelecimento de saúde eram 9 em 2006 – as capitais –, e passaram para 12 municípios em 2016, com a inclusão de Campina Grande (PB), Feira de Santana e Vitória da Conquista (BA). No cerrado nordestino, destaca-se que em 2016, além de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães (BA) e Balsas (MA) passam a contar com mais de 100 estabelecimentos de saúde em seus municípios, reafirmando assim a interiorização desses serviços.

[5] São considerados como estabelecimentos de saúde: Central de Regulação de Serviços de Saúde, Centro de Parto Normal Isolado, Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde, Clínica Especializada/Amb. Especializado, Consultório Isolado, Cooperativa, Farmácia, Hospital/Dia- Isolado, Hospital Especializado, Hospital Geral, Laboratório Central de Saúde Pública – LACEN, Policlínica, Posto de Saúde, Pronto Socorro Especializado, Pronto Socorro Geral, Secretaria de Saúde, Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia, Unidade de Vigilância em Saúde, Unidade Mista, Unidade Móvel de Nível Pré-hospitalar na Área de Urgência e Emergência, Unidade Móvel Fluvial e Unidade Móvel Terrestre.

Figura 7 – Nordeste: Expansão do número de estabelecimentos de saúde, 2006-2014



Fonte: Ministério da Saúde – CNES. Elaboração própria.

1.2 Crise, 2014-2016

A crise financeira internacional de 2008 já havia alterado o cenário externo favorável e, a partir de 2015, verifica-se um processo de reversão do cenário interno da atividade econômica nacional, que se intensifica com a crise política que se estabelece no país. A retração da atividade econômica nacional tem importantes reflexos na economia do Nordeste e ocorre em paralelo: i) ao cancelamento e revisão de diversos investimentos, como os das Refinarias Premium I e II; ii) à queda do volume de investimentos, como retração dos investimentos da Petrobras e do Programa Minha Casa Minha Vida, por exemplo; e iii) à conclusão de algumas obras e entrada em operação das atividades industriais de empreendimentos como os da Refinaria Abreu e Lima, da fábrica da Jeep, entre outros – o que demanda diferente perfil e quantidade de trabalhadores. Associado a isso, verifica-se o forte aumento do desemprego e da informalidade e a queda da renda das famílias, o que se reflete na dinâmica da indústria tradicional (alimentos e bebidas, calçados, vestuários e confecções), da construção imobiliária urbana e do comércio e demais serviços.

Entre 2014 e 2015, o PIB do Nordeste caí quase na mesma intensidade da queda do PIB nacional, -3,4% *versus* -3,5%. Mas, entre 2015 e 2016, verifica-se uma retração bem mais intensa da atividade econômica na região, com o Nordeste apresentando decréscimo do produto de -4,6% contra -3,3% da média nacional (Gráfico 1).

Em termos setoriais, observa-se retração da atividade econômica regional no período de 2014 a 2016 em todos os subsetores, com exceção dos serviços industriais de utilidade pública que ampliaram seu produto em 2,7% ao ano, e dos serviços de educação e saúde privada que mantiveram-se estáveis no período (Tabela 2).

A agropecuária regional que entre 2014 e 2015 tinha apresentado uma expansão do PIB de 0,5%, apesar da seca que instalara na região desde 2012, entre 2015 e 2016 exibe uma forte queda de -17,7%. Essa retração de 2015-2016 puxou a taxa do período como um todo para baixo e fez com que a participação setorial da agropecuária no PIB regional permanecesse em torno de 6,2% (Tabela 1).

Na indústria, destaca-se a forte retração do produto da construção (-11,8% ao ano), entre 2014 e 2016, seguido pela indústria extrativa (-7,8% a.a.) e de transformação (-4,0% ao ano). Em relação aos parques eólicos, entre 2014 e 2015, houve uma redução de 51% na construção de novos parques eólicos no nordeste, influenciando diretamente na queda no número de empregos do setor de construção.

O setor de serviços também foi fortemente impactado pela crise, com queda do produto em praticamente todos os subsetores, como no de atividades do comércio (-8,8% ao ano), transportes, armazenagem e correio (-6,6%) e atividades de alojamento e alimentação (-4,0%), atividade esta influenciada pelo turismo. Como se sabe, o setor de serviços é um grande empregador, respondendo por mais de ¾ dos empregos formais da região (Tabela 3), e a expressiva retração desse setor, em conjunto com a construção, tem importantes repercussão sobre o mercado de trabalho, em especial o formal, como se verá a seguir.

Tabela 2 - Taxa de crescimento média anual do valor adicionado bruto por atividade econômica (% a.a.). Nordeste, 2004/2016

Atividades econômicas	2004-2014	2014-2016
Valor Adicionado Bruto Total	3,6	-3,8
Agropecuária	2,0	-9,1
Indústrias extrativas	0,6	-7,8
Indústrias de transformação	2,1	-4,0
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	4,6	2,7
Construção	5,4	-11,8
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	5,2	-8,8
Transporte, armazenagem e correio	4,8	-6,6
Alojamento e alimentação	4,6	-4,0
Informação e comunicação	4,3	-3,7
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	8,6	-0,7
Atividades imobiliárias	4,4	-0,1
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	6,2	-1,8
Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa, seguridade social	1,7	-0,3
Educação e saúde privadas	2,7	0,0
Outros serviços	2,6	-2,2

Fonte: IBGE - Contas Regionais. Elaboração própria.
Nota: Valores a preços de 2016, deflacionados pelo deflator implícito do PIB regional e setorial.

2. MERCADO DE TRABALHO FORMAL DE 2006 A 2016

2.1 Expansão, 2006-2014

No período de expansão da atividade econômica regional, observou-se importantes avanços no mercado de trabalho no Nordeste, seguindo a tendência nacional, com forte queda da taxa de desemprego, aumento da ocupação, em especial com carteira de trabalho assinada, aumento da formalização e melhorias na renda média dos trabalhadores (GUIMARÃES NETO, 2014). Esse movimento de reconfiguração do mercado de trabalho é acompanhado por importantes mudanças demográficas, com o avanço e consolidação da transição demográfica no país e na região.

A transição demográfica pode ser observada através do declínio da taxa de fecundidade, com subsequente redução da população jovem em contrapartida ao aumento da participação dos grupos etários acima de 60 anos. Verifica-se também uma queda da razão de dependência no início dos anos 2000 na região Nordeste, com um processo lento e gradual de envelhecimento populacional, mas que ainda mantem o “bônus demográfico” ou “janela de oportunidade” (LYRA, 2014 Apud ALVES, 2008).

Esses processos demográficos tendem a diminuir a demanda por educação enquanto aumentam a demanda por assistência social e aposentadoria. Já em termos de mercado de trabalho, constata-se uma menor pressão sob este mercado com a tendência a menor entrada de jovens na população em idade ativa e economicamente ativa.

A expansão da ocupação, nesse período, é puxada pelo forte incremento do emprego com carteira de trabalho assinada, como já destacado anteriormente. Para a análise do mercado de trabalho formal regional será utilizada uma nova classificação das atividades econômicas, com base na CNAE 2.0, disponível só a partir de 2006, e que tem como foco a intensidade tecnológica das atividades primárias e secundárias, a construção e o terciário propriamente urbano.

Nessa classificação, primeiro serão subdivididos os grupos relacionados ao setor primário agropecuário e extrativo e as atividades industriais derivadas de atividades agropecuárias e extrativas - Grupos 1 e 2. Em seguida, serão classificados as atividades industriais de acordo com a intensidade tecnológica, que vai desde atividades de baixa densidade de tecnologia até atividades de alta intensidade tecnológica – Grupos 3 e 4 (IPEA, 2014). Ainda será subdivido o setor da construção, como forma de analisar o complexo urbano-imobiliário e as obras de infraestrutura – Grupo 5. E, por fim, os serviços serão classificados a partir das determinações mais gerais da dinâmica dos segmentos propriamente urbanos: serviços distributivos, serviços produtivos, serviços sociais, serviços pessoais, serviços industriais de utilidade públicas e serviços domésticos – Grupo 6 (CANO E SAMEGHINE, 1990; GUIMARÃES NETO et al., 2002; CLEMENTINO, 2013), como demonstrado na Tabela 3.

Segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho, entre 2006 e 2016 houve uma expansão do emprego formal de 5,0% ao ano no Nordeste, acima da média nacional de 4,0% a.a. O forte incremento dos postos de trabalho formais foi puxado sobretudo pelo dinamismo dos grupos 5 e 6, da construção e dos serviços, que ampliaram suas vagas a taxas de 11,8% ao ano e 5,0% ao ano, respectivamente (Tabela 3).

Como já ressaltado, o processo de implementação de novas indústrias e de obras de infraestrutura econômica e social, concomitantemente ao dinamismo do mercado imobiliário, impulsionado também por políticas públicas como o Programa Minha Casa Minha Vida, foram fundamentais para aquecer a construção civil e resultaram em expressiva geração de empregos na região. Todos os subsetores da construção apresentaram incremento dos postos de trabalho formais acima de 10% ao ano e ampliaram sua participação no emprego regional no período de 2006 a 2014, com destaque para a construção de edifícios que cresceu a uma taxa de 11,4%ao ano. A construção ampliou seu peso relativo no emprego formal regional de 4,5% para 7,4% nesse período.

O setor de serviços demonstrou um incremento dos postos de trabalho formais na média regional, de cerca de 5,0% ao ano entre 2006 e 2014, mas continua sendo o principal empregador, respondendo por cerca de 78% dos empregos formais na região Nordeste ao longo do período. Esse setor é bastante heterogêneo e apresentou expressivo crescimento do emprego formal nos serviços produtivos e financeiros (8,4% ao ano), serviços pessoais (6,9% a.a.), serviços distributivos (6,8% a.a.) e nos serviços sociais - educação, saúde e assistência, associativismo e organizações (5,9% ao ano).

Os demais grupos de atividade econômica apresentaram crescimento do emprego formal abaixo da média regional de 5,0% ao ano, com exceção dos subsetores da indústria

extrativa mineral e das indústrias ligadas a esse subsetor e das indústrias de média-baixa intensidade tecnológica, com destaque para as indústrias de construção de embarcações, instalação de máquinas e equipamentos, fabricação de estruturas metálicas e obras de caldeiraria pesada, produção de tubos de aço, exceto tubos sem costura e siderurgia.

Tabela 3 - Empregos formais. Nordeste, 2006/2016

Classificação do setores de atividade econômica	2006	2014	Taxa de cresc. (% a.a.)	Distribuição setorial (%)	
			2006-2014	2006	2014
Total	**6.185.903**	**9.132.863**	**5,0**	**100,0**	**100,0**
Grupo 1 - Setor primário agropecuário e extrativo	**279.281**	**293.392**	**0,6**	**4,5**	**3,2**
Agropecuária	245.609	250.271	0,2	4,0	2,7
Indústria Extrativa Mineral	18.963	27.928	5,0	0,3	0,3
Indústria Extrativa de petróleo e gás, carvão e outros combustíveis	14.709	15.193	0,4	0,2	0,2
Grupo 2 - Indústrias derivadas de atividades agropecuárias e extrativas	**353.582**	**441.835**	**2,8**	**5,7**	**4,8**
Indústrias ligadas à agropecuária	270.910	313.476	1,8	4,4	3,4
Indústrias ligadas à indústria extrativa	82.672	128.359	5,7	1,3	1,4
Grupo 3 - Setor de Manufaturados de baixa e média-baixa tecnologia	**368.025**	**502.049**	**4,0**	**5,9**	**5,5**
Manufaturas de baixa intensidade tecnológica	291.911	370.989	3,0	4,7	4,1
Manufaturas de média-baixa intensidade tecnológica	76.114	131.060	7,0	1,2	1,4
Grupo 4 - Setor de Manufaturados de média-alta e alta tecnologia	**76.765**	**93.649**	**2,5**	**1,2**	**1,0**
Manufaturas de média-alta intensidade tecnológica	67.953	83.518	2,6	1,1	0,9
Manufaturas de alta intensidade tecnológica	8.812	10.131	1,8	0,1	0,1
Grupo 5 - Construção	**278.659**	**679.330**	**11,8**	**4,5**	**7,4**
Incorporação e atividades imobiliárias próprias	11.556	65.564	24,2	0,2	0,7
Construção de edifícios	136.474	323.160	11,4	2,2	3,5
Obras de infraestruturas	80.142	174.341	10,2	1,3	1,9
Serviços especializados para construção	50.487	116.265	11,0	0,8	1,3
Grupo 6 - Serviços	**4.829.591**	**7.122.608**	**5,0**	**78,1**	**78,0**
Serviços Industriais de utilidade pública	68.318	92.801	3,9	1,1	1,0
Serviços Distributivos	1.208.806	2.049.150	6,8	19,5	22,4
Comércio e reparação de automóveis	95.057	172.876	7,8	1,5	1,9
Comércio atacadista	147.405	275.334	8,1	2,4	3,0
Comércio varejista	735.126	1.227.311	6,6	11,9	13,4
Comérico ambulante	0	0	-	-	-
Transporte, armazenagem e distribuição	207.728	327.332	5,8	3,4	3,6
Telecomunicações e comunicação (exceto atividades de rádio e TV)	23.490	46.297	8,9	0,4	0,5
Serviços Produtivos e Financeiros	481.462	917.329	8,4	7,8	10,0
Serviços Financeiros	74.280	104.473	4,4	1,2	1,1
Administração e comércio de imóveis	5.187	14.840	14,0	0,1	0,2
Serviços técnico-profissionais e científicos	66.483	165.239	12,1	1,1	1,8
Serviços de TI	24.169	34.563	4,6	0,4	0,4
Serviços de apoio as empresas e serviços pessoais	311.343	598.214	8,5	5,0	6,6
Serviços Sociais - Educação, saúde e assistência, associativismo e organizações	547.725	864.591	5,9	8,9	9,5
Educação	206.719	381.996	8,0	3,3	4,2
Serviços de saúde e assistência social	204.557	343.203	6,7	3,3	3,8
Organizações associativas e organismos internacionais	136.449	139.392	0,3	2,2	1,5
Serviços Sociais - Administração Pública	2.139.817	2.544.405	2,2	34,6	27,9
Serviços Pessoais	382.027	653.128	6,9	6,2	7,2
Alojamento e alimentação	177.472	330.021	8,1	2,9	3,6
Atividades artísticas, culturais, esportivas e de rádio e televisão	29.806	46.092	5,6	0,5	0,5
Outras atividades de serviços pessoais	174.749	277.015	5,9	2,8	3,0
Serviços Domésticos	1.436	1.204	-2,2	0,0	0,0

Fonte: MT - RAIS. Elaboração própria.

No que se refere à participação regional do emprego formal, destaca-se, dentro do serviços produtivos e financeiros, a ampliação dos serviços de apoio as empresas e as pessoas que passam de 5,0% para 6,6% do emprego regional entre 2006 e 2014. Já nos serviços distributivos, ressalta-se o incremento do peso relativo do comércio varejista de 6,6% dos postos formais da região em 2006 para 11,9% em 2014. Os serviços sociais de educação e saúde também ampliaram sua participação de 8,9% para 9,5%. Já os serviços sociais de administração púbica, mesmo tendo perdido peso relativo nesse período, continuavam respondendo por quase 28% dos empregos formais do Nordeste em 2014.

Em termos intrarregionais, é possível observar, a partir da Figura 8, o aumento do emprego formal no setor primário agropecuário e extrativo em vários municípios do interior do Nordeste entre 2006 e 2014.

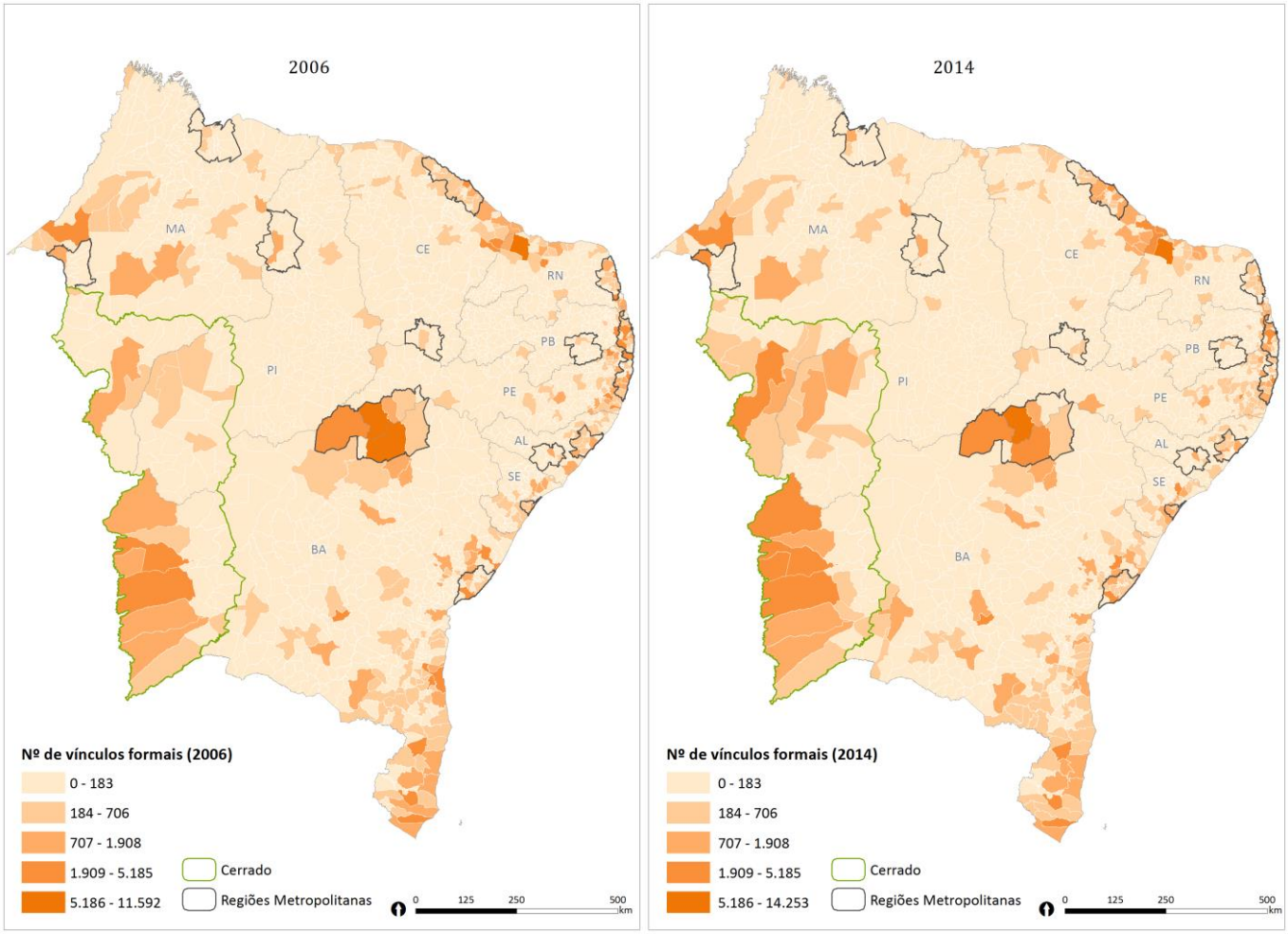
Há uma ampliação dos postos de trabalho com carteira assinada na agropecuária do cerrado nordestino[6], especialmente no Sul do Maranhão e Sudoeste do Piauí, mas também no Extremo Oeste da Bahia; nas áreas de fruticultura irrigada como no Vale do Açu (RN) e Chapada do Apodi (na parte do CE), RIDE de Petrolina-Juazeiro (entre PE e BA), Sousa (PB), entre outras; e também em alguns municípios do semiárido nordestino. Esses movimentos estão associados à expansão do agronegócio de grãos na região, bem como da fruticultura irrigada e da agricultura familiar.

No Centro-Sul e Sul baiano destacam-se também diversos municípios com maior presença do emprego formal nas atividade primárias ligadas ao agronegócio e a plantações de batata inglesa, tomate, café, cacau, coco-da-baía, entre outros, além da expansão no Sul baiano das plantações de eucalipto para papel e celulose.

As áreas da zona da mata nordestina, que ficam no litoral e englobam algumas áreas metropolitanas, continuam apresentando municípios com importante geração de empregos formais agrícolas, em especial ligados à cultura da cana-de-açúcar, mas também é possível observar o aumento da mancha litorânea e no sentido do interior nos estados de Pernambuco, Paraíba e Rio de Grande do Norte.

[6] Diferentemente do semiárido, o Cerrado não apresentam uma delimitação em lei, por isso selecionou-se os municípios pertencentes às mesorregiões do Extremo Oeste Baiano, Sudoeste Piauiense e Sul Maranhense, delimitadas de forma aproximada com base na classificação de GOMES (2014) e feita, segundo o autor, a partir de algumas indicações gerais da literatura especializada.

Figura 8 – Nordeste: Emprego formal no setor primário agropecuário e extrativo, 2006-2014



Fonte: Ministério do Trabalho (MT). Elaboração própria.

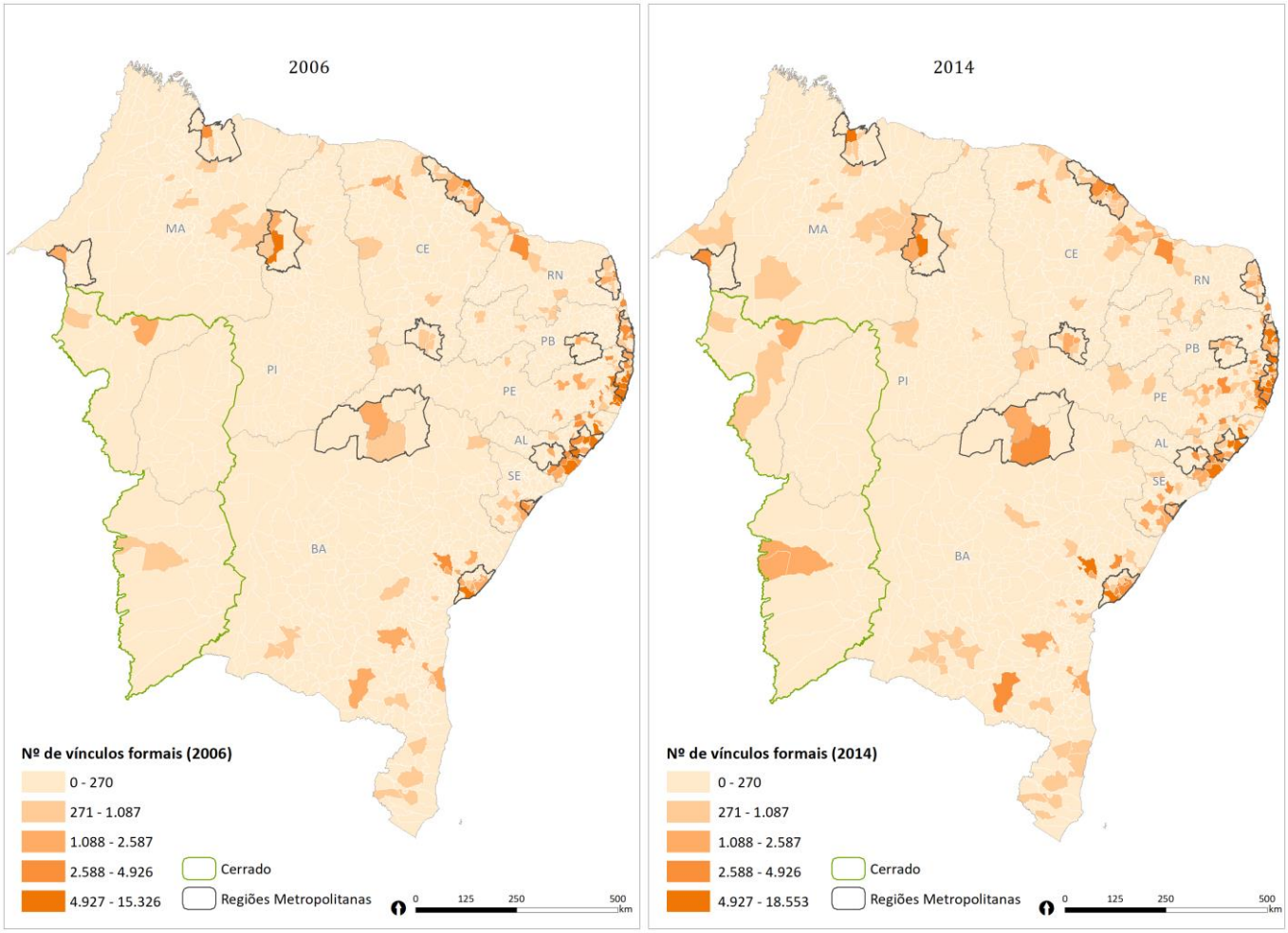
Já as indústrias ligadas às atividades agropecuárias e extrativas, apesar de ainda serem importantes geradoras de empregos formais nas áreas metropolitanas do Nordeste[7], também vão se interiorizando no período entre 2006 e 2014, como é possível notar a partir da Figura 9. Crescem os municípios com maior faixa de empregos formais nessas indústrias no cerrado nordestino; nas áreas metropolitanas do interior, com a do Sudoeste Maranhense, Cariri (CE), Agreste (AL) e a RIDE Petrolina-Juazeiro; no Jaguaribe do Ceará; em Vitória da Conquista e no entorno de Porto Seguro, na Bahia, e em diversos municípios do interior de Pernambuco e Sergipe, por exemplo.

Essas indústrias respondiam por 5,7% do total de empregos formais do Nordeste em 2006 e perdem peso relativo no período, representando 4,8% do emprego regional em 2014 (Tabela 3). Em 2014, cerca de 2/3 desses empregos com carteira assinada estavam em indústrias de fabricação de açúcar, produtos cerâmicos não-refratários para uso estrutural na

[7] Foram destacas as seguintes regiões metropolitanas institucionais: Regiões Metropolitanas do Agreste (Arapiraca - AL), Aracaju, Campina Grande, Cariri, Fortaleza, João Pessoa, Maceió, Natal, Recife, RIDE Juazeiro e Petrolina, RIDE Teresina, Salvador, São Luís e Sudoeste Maranhense.

construção, artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes, de produção de alimentos e bebidas em geral.

Figura 9 – Nordeste: Emprego formal em indústrias derivadas de atividades agropecuárias e extrativas, 2006-2014



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Elaboração própria.

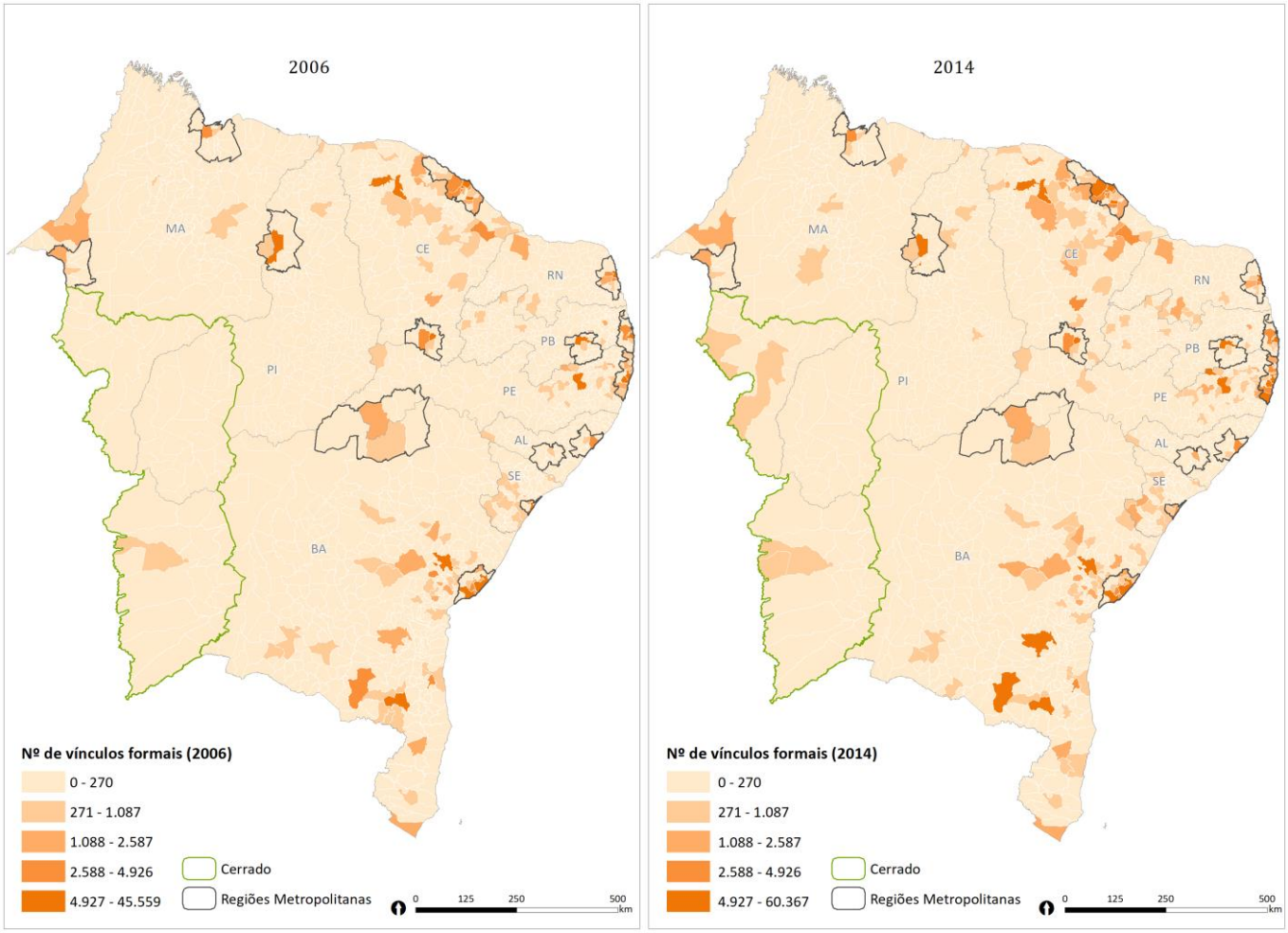
A indústria de baixa e média-baixa intensidade tecnológica é uma indústria tradicional no Nordeste, especialmente a de baixa intensidade tecnológica, como a indústria têxtil, de confecções e calçadista (Figura 10). Essa indústria também se dinamiza com a expansão da renda e do crédito na região e amplia sua participação tanto nas áreas metropolitanas – como nas regiões metropolitanas de Fortaleza, Cariri, Natal, entre outras –, quanto no sentido do interior do Ceará e de Sergipe, por exemplo.

Todavia, entre 2006 e 2014, verificou-se um aumento mais importante da geração de empregos formais na indústria de média-baixa intensidade tecnológica no Nordeste, que, como já destacado, está relacionado ao crescimento da indústria naval, indústria de máquina e equipamentos e siderurgia, especialmente nas áreas metropolitanas e nos complexos indústrias e portuários como o de Suape, Pecém e Camaçari.

A indústria de baixa e média-baixa intensidade tecnológica empregava 5,9% dos postos de trabalho formais da região em 2006 e perde peso relativo, chegando a 5,5% em 2014

(Tabela 3). Essas indústrias têm importância em diversas áreas metropolitanas, mas como observa-se na Figura 10, elas já estavam interiorizadas em 2006, sobretudo no Ceará, Paraíba, Pernambuco, Sergipe e Bahia, e começam a aparecer com mais intensidade recentemente nos cerrados do Nordeste. Constata-se, assim, uma intensificação da participação dos municípios metropolitanos bem como da interiorização dessas indústrias entre 2006 e 2014.

Figura 10 – Nordeste: Emprego formal em indústrias de manufaturados de baixa e média-baixa tecnologia, 2006-2014



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Elaboração própria.

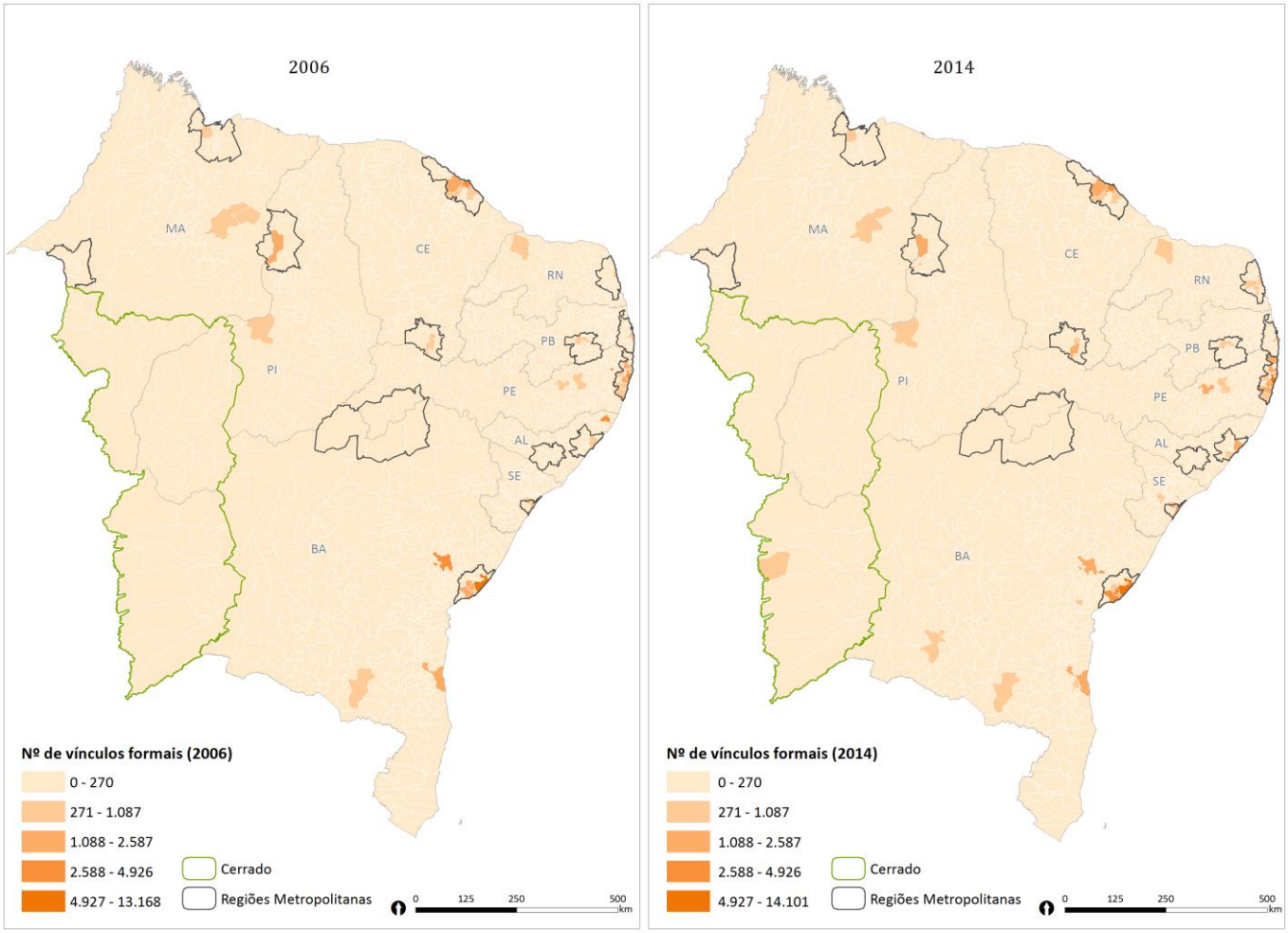
As indústria de média-alta e alta tecnologia têm pouca presença na estrutura produtiva regional e historicamente situavam-se, sobretudo, nas áreas metropolitanas do Nordeste, em especial nas regiões metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza, fortemente influenciadas pelos incentivos da SUDENE. Entre essas indústrias, destaca-se a indústria petroquímica do polo de Camaçari, na RMS, construída nos anos 1970, bem como novas iniciativas como uma unidade da indústria automotiva da Jeep e da fábrica da Hemobrás em Goiana, município recentemente incorporado à RMR, e a reinauguração da fábrica da Troller, em Horizonte, na RMF. Além de indústrias químicas, de máquinas e equipamentos, de eletrodomésticos, entre outras.

Para além das áreas metropolitas, ressalta-se a presença de indústrias de produtos químicos em Codó (MA), Mossoró (RN), Rosário do Catete (SE), Vitória da Conquista (BA),

Caetité (BA), Itabuna (BA); de Fabricação de produtos farmoquímicos em Floriano (PI); de Fabricação de produtos farmacêuticos e de equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica em Caruaru (PE); de Fabricação de baterias em Belo Jardim (PE); de Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para veículos automotores em Mossoró (RN) e Itabaina (SE); de Fabricação de equipamentos de informática, comunicação e outros equipamentos elétricos em Ilhéus e Itabuna (BA); além de diversas dessas indústrias em Feira de Santana (BA).

Enfim, observa-se em 2014 a presença desse tipo de indústria no município de Luís Eduardo Magalhães, dentro do cerrado, no Extremo Oeste baiano, com a fabricação de produtos químicos e máquinas e equipamentos para a produção do agronegócio de grãos (Figura 11).

Figura 11 – Nordeste: Emprego formal em indústrias de manufaturados de média-alta e alta tecnologia, 2006-2014



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Elaboração própria.

A construção, como já evidenciado, foi impulsionada pela retomada dos investimentos em infraestrutura e novas plantas produtivas, bem como pelo aquecimento do setor imobiliário urbano tanto nas áreas metropolitanas como nas cidades médias[8], intensificando

[8] Para saber mais, ver DANTAS e CLEMENTINO (2013); PEREIRA et al. (2016).

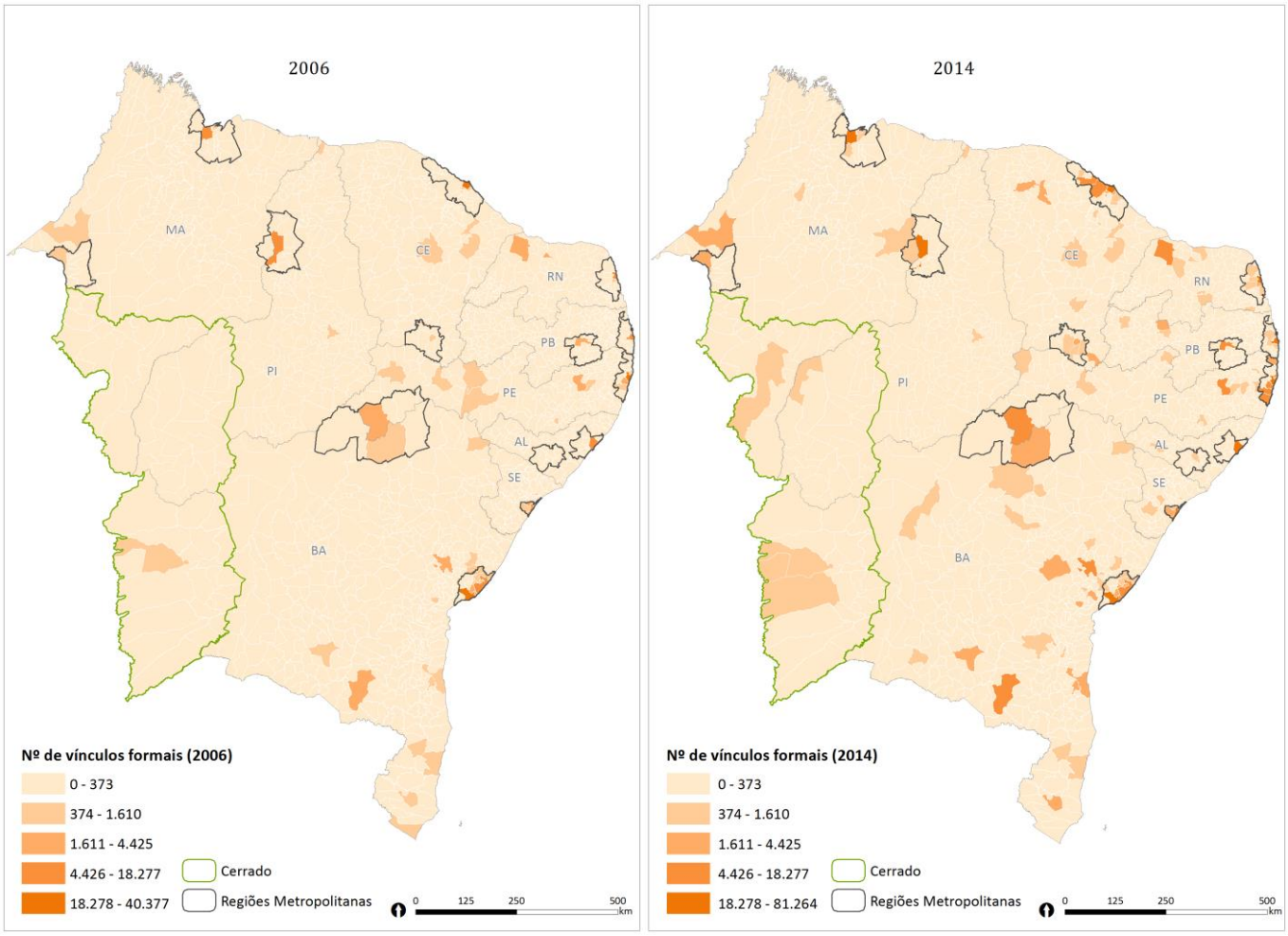
a contratação de postos de trabalho com carteira assinada em diversos municípios do Nordeste, como é possível constatar a partir da Figura 12.

Verifica-se, inicialmente, o aumento do emprego formal na construção em todas as áreas metropolitanas. Em municípios como São Gonçalo do Amarante (onde fica Porto de Pecém), na RMF, e Ipojuca (onde fica o Porto de Suape) e Goiana, na RMR, observou-se a chegada de importantes empreendimentos imobiliários e produtivos, além de obras de infraestrutura. É possível identificar também a ampliação dos postos de trabalho com carteira assinada na construção civil de todas as áreas metropolitanas do Nordeste, impulsionadas pelo forte aquecimento do setor imobiliário urbano.

Nas cidades médias, algumas delas em áreas metropolitanas interiorizadas, observa-se uma importante ampliação dos postos de trabalho na construção como em Açailândia e Imperatriz (MA), Sobral, Crato e Juazeiro do Norte (CE), Mossoró e entorno e Parnamirim (RN), Caruaru e Petrolina (PE), Santa Rita e Campina Grande (PB), Arapiraca (AL), Juazeiro, Vitória da Conquista, Ilhéus, Itabuna, Teixeira de Freitas (BA), entre outras.

As obras de infraestrutura, como a da Transposição do Rio São Francisco e da ferrovia Transnordestina também foram importantes na geração de empregos formais na construção no interior do Nordeste, como em Salgueiro (PE). A construção de parques eólicos também impulsionou a criação de empregos formais em municípios do litoral e do semiárido, como Macau (RN), Guanambi (BA) e Parnaíba (PI).

Figura 12 – Nordeste: Emprego formal na construção, Nordeste, 2006-2014

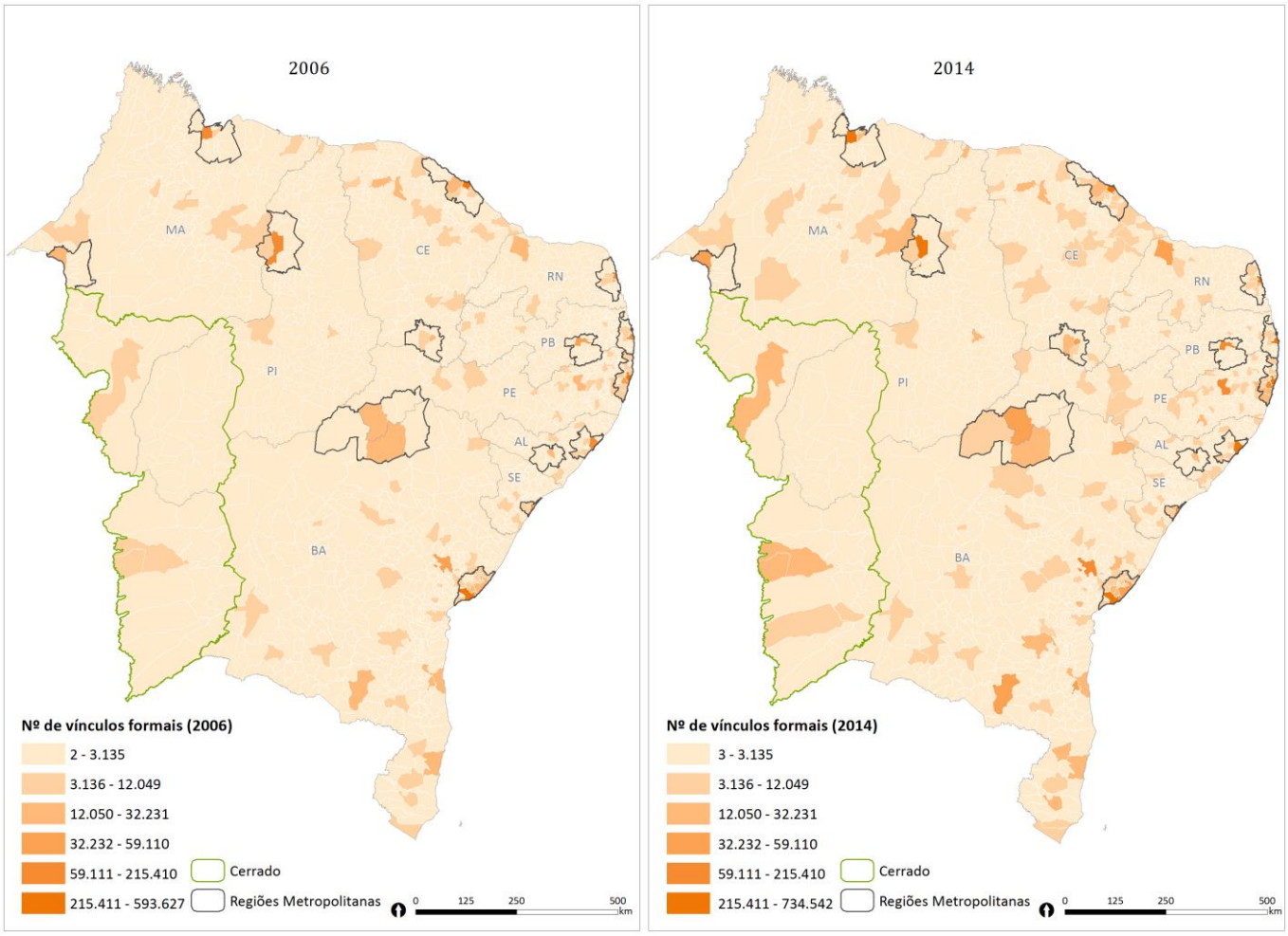


Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Elaboração própria.

O emprego formal no setor de serviços é sem dúvida o que mais intensifica-se e interioriza-se ao longo do período de expansão da atividade econômica dos anos 2000 como é possível constatar a partir da Figura 13. Essa expansão dos postos de trabalho com carteira assinada nos serviços é puxada pela dinâmica da economia e do mercado de trabalho, mas também pela ampliação da renda e do crédito e pela consolidação das políticas sociais (Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada – BPC e Previdência Social). Além disso, merece destaque a expansão dos serviços sociais de educação e saúde por todo o interior, bem como o crescimento da demanda por serviços ligados aos complexos produtivos do agronegócio, no cerrado e no semiárido, em municípios próximos às áreas de irrigação.

É nesse setor onde constata-se uma maior intensificação do processo de interiorização da geração de postos de trabalho formais no Nordeste. Entre as duas camadas superiores da Figura 12, destaca-se a ampliação do número de municípios com mais de 59 mil empregos formais nos serviços nesse período, passando de 9 em 2006, dos quais todos pertenciam à regiões metropolitanas, para 15 municípios em 2014, com a inclusão de Feira de Santana, Vitória da Conquista (BA) e Caruaru (PE), todos no interior.

Figura 13 – Nordeste: Emprego formal nos serviços, 2006-2014



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Elaboração própria.

2.2 Crise 2014-2016

. O Nordeste é impactado de maneira expressiva pela crise econômica e política que se instala a partir de 2015. A região apresenta taxas de retração do PIB acima da média nacional, como já mencionado anteriormente, em um processo que associa o final de um importante bloco de investimentos e a forte queda da atividade econômica regional, o que leva a um forte aumento do desemprego e grande perda de postos de trabalho, especialmente os com carteira assinada, elevação da informalidade e redução do rendimento médio real e da massa salarial (JATOBÁ E ARAÚJO, 2018).

A queda do emprego formal na região entre 2014 e 2016 foi de -3,9% ao ano, acima da média nacional de -3,6% ao ano, reflexo da forte retração dos postos de trabalho na construção (-19,7% ao ano), na indústria de baixa e média-baixa tecnologia (-6,8% ao ano) e nas indústrias derivadas de atividades agropecuárias e extrativas (-5,0%), especialmente nas atividades ligadas a indústria extrativa (Tabela 4). Nos serviços, destacam-se a queda nos serviços técnico-profissionais e científicos (-7,6% a.a.) e nos serviços de apoio as empresas e as pessoas (-4,8% a.a.), em contraposição ao aumento do número de vagas nos serviços de TI (tecnologia da informação) e administração e comércio de imóveis, mas que só representam

0,7% dos empregos formais regionais em 2016, e nos serviços de educação e saúde, com importância relativa em termos de emprego formal de 9,1% em 2016.

Tabela 4 - Taxa de crescimento anual do empregos formais (% a.a.). Nordeste, 2014/2016

Classificação do setores de atividade econômica	Nordeste - Total	Regiões Metropolitanas[1]	Cerrado nordestino [2]	Demais Municípios
Total	**-3,9**	**-4,3**	**-4,6**	**-3,1**
Grupo 1 - Setor primário agropecuário e extrativo	**-1,8**	**-0,3**	**-3,9**	**-2,1**
Agropecuária	-0,9	2,0	-3,8	-1,5
Indústria Extrativa Mineral	-4,9	-13,5	-8,6	-2,4
Indústria Extrativa de petróleo e gás, carvão e outros combustíveis	-12,3	-9,3	-24,4	-15,7
Grupo 2 - Indústrias derivadas de atividades agropecuárias e extrativas	**-5,0**	**-4,6**	**-4,6**	**-5,3**
Indústrias ligadas à agropecuária	-3,4	-3,0	1,5	-4,0
Indústrias ligadas à indústria extrativa	-8,8	-9,5	-10,0	-8,2
Grupo 3 - Setor de Manufaturados de baixa e média-baixa tecnologia	**-6,8**	**-9,0**	**-8,6**	**-3,3**
Manufaturas de baixa intensidade tecnológica	-6,4	-9,4	-11,2	-2,5
Manufaturas de média-baixa intensidade tecnológica	-8,2	-8,3	-7,3	-7,9
Grupo 4 - Setor de Manufaturados de média-alta e alta tecnologia	**0,8**	**2,8**	**-3,2**	**-6,7**
Manufaturas de média-alta intensidade tecnológica	1,9	4,2	-3,4	-7,0
Manufaturas de alta intensidade tecnológica	-8,8	-10,5	14,0	-5,2
Grupo 5 - Construção	**-19,7**	**-20,7**	**-20,0**	**-15,5**
Incorporação e atividades imobiliárias próprias	-17,9	-16,3	-21,2	-26,8
Construção de edifícios	-21,0	-22,8	-12,5	-13,1
Obras de infraestruturas	-22,2	-22,2	-33,6	-21,8
Serviços especializados para construção	-13,8	-15,6	-11,5	-6,0
Grupo 6 - Serviços	**-2,4**	**-2,4**	**-3,8**	**-2,3**
Serviços Industriais de utilidade pública	-2,5	-2,8	2,6	-2,1
Serviços Distributivos	-2,5	-3,2	-3,4	-1,1
Comércio e reparação de automóveis	-5,8	-6,5	-3,1	-4,7
Comércio atacadista	-1,4	-1,1	-15,3	-1,1
Comércio varejista	-2,2	-3,2	-1,2	-0,6
Transporte, armazenagem e distribuição	-2,6	-2,6	0,3	-2,7
Telecomunicações e comunicação (exceto atividades de rádio e TV)	-6,7	-10,3	9,8	10,8
Serviços Produtivos e Financeiros	-4,2	-4,9	-0,1	0,5
Serviços Financeiros	-2,2	-2,4	-2,2	-1,7
Administração e comércio de imóveis	6,1	5,9	13,5	7,1
Serviços técnico-profissionais e científicos	-7,6	-9,7	1,5	2,2
Serviços de TI	10,8	11,5	-10,1	2,2
Serviços de apoio as empresas e serviços pessoais	-4,8	-5,4	0,1	0,4
Serviços Sociais - Educação, saúde e assistência, associativismo e organizações	1,8	1,3	4,4	3,3
Educação	2,0	1,6	5,1	3,4
Serviços de saúde e assistência social	3,3	2,7	1,4	5,6
Organizações associativas e organismos internacionais	-2,9	-3,4	5,9	-2,1
Serviços Sociais - Administração Pública	-3,5	-2,5	-6,6	-4,6
Serviços Pessoais	-0,7	-1,1	1,6	0,9
Alojamento e alimentação	-1,4	-2,1	1,7	0,6
Atividades artísticas, culturais, esportivas e de rádio e televisão	0,8	0,9	-2,4	0,6
Outras atividades de serviços pessoais	-0,2	-0,4	3,5	1,8
Serviços Domésticos	-19,5	-29,9	29,1	-7,1

Fonte: MT - RAIS. Elaboração própria.

Nota: (1) Regiões Metropolitanas do Agreste (Arapiraca - AL), Aracaju, Campina Grande, Cariri, Fortaleza, João Pessoa, Maceió, Natal, Recife, RIDE

(2) Municípios pertencentes às mesorregiões do Extremo Oeste Baiano, Sudoeste Piauiense e Sul Maranhense.

Em termos intrarregionais, o decréscimo do emprego formal foi maior no cerrado do Nordeste e nas áreas metropolitanas, em comparação com os demais municípios. O setor primário agropecuário e extrativo apresenta uma maior queda dos postos formais no cerrado, onde representa cerca de 20% dos empregos formais; enquanto que as indústrias derivadas retraem mais nos demais municípios.

A indústria de baixa e média-baixa intensidade tecnológica demitiu de maneira expressiva nas regiões metropolitanas. Também houve queda no emprego formal dessas indústrias no cerrado, mas elas apresentam baixa importância relativa na estrutura de emprego dessas áreas.

No que se refere à indústria de média-alta e alta intensidade tecnológica, o movimento de interiorização parece ter regredido, com queda do emprego formal nos demais municípios (-6,7% ao ano), enquanto que houve expansão do emprego nas regiões metropolitanas, puxado especialmente pela indústria de média-alta intensidade e que deve refletir a entrada em operação de novas indústrias a partir de 2014, como é o caso da fábrica da Jeep em Pernambuco.

A construção apresentou forte retração em todos os recortes intrarregionais estudados, com perda de mais de 241 mil postos de trabalho com carteira assinada entre 2014 e 2016, dos quais mais de 204 mil foram nas áreas metropolitanas.

O grupo dos serviços, que foi o principal gerador de novas vagas no período de expansão, também foi o setor que mais demitiu, cerca de 336 mil postos a menos. Destaca-se, nesse caso, a eliminação de vagas formais nos subsetores da administração pública, sobretudo no cerrado e nos demais municípios, e dos serviços de apoio as empresas e as pessoas e comércio varejistas, com perdas mais expressivas nas regiões metropolitanas.

Os serviços domésticos apresentaram retração do emprego formal nas regiões metropolitanas e nos demais municípios, mas esse subsetor não representa nem 0,1% dos postos de trabalho formais da região, sendo ainda um subsetor muito informal e com pouca relação com as atividades empresariais e mais relacionado aos serviços dentro dos domicílios, o que não são captado pela RAIS.

No que se refere à distribuição regional do emprego formal pelos recortes estudados, ressalta-se que as áreas metropolitanas, em conjunto com o cerrado nordestino, apresentaram importantes perdas de postos de trabalho durante a crise de 2014-2016. Mesmo assim, essas áreas metropolitanas continuam respondendo por grande parte dos empregos protegidos da região, com exceção dos vinculados ao setor primário (Tabela 5).

O cerrado do Nordeste vem apresentando importante tendência de expansão de suas atividades e da geração de emprego, mas entre 2014 e 2016 permaneceu respondendo por apenas 1,7% de todo o emprego formal da região Nordeste.

Em 2016, 62% dos empregos formais do setor primário agropecuário e extrativo estavam nos demais municípios, 27,6% nas regiões metropolitanas, e nesse caso merecem destaque os municípios da zona da mata, e apenas 10,4% no cerrado do Nordeste.

Já as indústrias empregavam mais nas regiões metropolitanas, seguido pelos demais municípios. A construção era ainda mais concentrada em termos de geração de postos com carteira assinada nas áreas metropolitanas, mas com o impacto da crise perdeu participação nesse setor para os demais municípios.

Por fim, os serviços mantiveram ao longo da crise sua maior participação nas regiões metropolitanas em cerca de 66,8% contra 31,7% dos demais municípios e 1,7% do cerrado. Destaca-se nas áreas metropolitana a forte presença dos serviços mais intensivo em conhecimento e especializados, como os serviços produtivos e financeiros e os serviços sociais de educação, saúde e assistência, associativismo e organizações, bem como dos serviços

pessoais, inclusive os de alojamento e alimentação ligados também ao setor de turismo. Já os empregos formais da administração pública estão praticamente divididos entre as regiões metropolitanas e demais municípios, representando em 2016 um percentual de 54,4% e 43,8%, respectivamente.

Tabela 5 - Distribuição setorial do empregos formais (%). Nordeste, 2014/2016

Classificação do setores de atividade econômica	Nordeste - Total	Regiões Metropolitanas [1]	Cerrado nordestino [2]	Demais Municípios	Nordeste - Total	Regiões Metropolitanas [1]	Cerrado nordestino [2]	Demais Municípios
	2014				2016			
Total	**100,0**	**65,6**	**1,7**	**32,7**	**100,0**	**65,1**	**1,7**	**33,2**
Grupo 1 - Setor primário agropecuário e extrativo	**100,0**	**26,8**	**10,8**	**62,4**	**100,0**	**27,6**	**10,4**	**62,0**
Agropecuária	100,0	25,6	12,5	61,9	100,0	27,1	11,8	61,1
Indústria Extrativa Mineral	100,0	23,2	1,6	75,2	100,0	19,2	1,5	79,3
Indústria Extrativa de petróleo e gás, carvão e outros combustíveis	100,0	53,4	0,0	46,6	100,0	57,0	0,0	43,0
Grupo 2 - Indústrias derivadas de atividades agropecuárias e extrativas	**100,0**	**50,4**	**1,6**	**48,0**	**100,0**	**50,8**	**1,6**	**47,6**
Indústrias ligadas à agropecuária	100,0	52,8	1,0	46,1	100,0	53,3	1,1	45,6
Indústrias ligadas à indústria extrativa	100,0	44,5	3,0	52,5	100,0	43,8	3,0	53,2
Grupo 3 - Setor de Manufaturados de baixa e média-baixa tecnologia	**100,0**	**61,7**	**0,5**	**37,8**	**100,0**	**58,8**	**0,5**	**40,7**
Manufaturas de baixa intensidade tecnológica	100,0	57,0	0,2	42,8	100,0	53,4	0,2	46,4
Manufaturas de média-baixa intensidade tecnológica	100,0	75,0	1,3	23,7	100,0	74,8	1,4	23,9
Grupo 4 - Setor de Manufaturados de média-alta e alta tecnologia	**100,0**	**77,4**	**0,9**	**21,7**	**100,0**	**80,5**	**0,8**	**18,6**
Manufaturas de média-alta intensidade tecnológica	100,0	78,3	1,0	20,7	100,0	81,8	0,9	17,3
Manufaturas de alta intensidade tecnológica	100,0	69,8	0,1	30,1	100,0	67,3	0,2	32,6
Grupo 5 - Construção	**100,0**	**81,1**	**1,0**	**17,9**	**100,0**	**79,2**	**1,0**	**19,8**
Incorporação e atividades imobiliárias próprias	100,0	83,5	0,7	15,7	100,0	86,8	0,7	12,5
Construção de edifícios	100,0	82,7	0,9	16,5	100,0	79,0	1,1	20,0
Obras de infraestruturas	100,0	76,7	1,5	21,8	100,0	76,9	1,1	22,1
Serviços especializados para construção	100,0	81,8	1,0	17,2	100,0	78,5	1,0	20,5
Grupo 6 - Serviços	**100,0**	**66,8**	**1,5**	**31,7**	**100,0**	**66,8**	**1,5**	**31,7**
Serviços Industriais de utilidade pública	100,0	74,7	1,0	24,3	100,0	74,4	1,1	24,5
Serviços Distributivos	100,0	65,2	1,9	32,9	100,0	64,3	1,9	33,9
Comércio e reparação de automóveis	100,0	64,8	2,7	32,5	100,0	63,9	2,9	33,3
Comércio atacadista	100,0	70,1	2,3	27,5	100,0	70,5	1,7	27,7
Comércio varejista	100,0	60,0	1,9	38,1	100,0	58,8	1,9	39,3
Transporte, armazenagem e distribuição	100,0	78,0	1,3	20,7	100,0	78,0	1,3	20,6
Telecomunicações e comunicação (exceto atividades de rádio e TV)	100,0	84,2	0,7	15,0	100,0	77,8	1,0	21,2
Serviços Produtivos e Financeiros	100,0	87,1	0,7	12,2	100,0	85,8	0,7	13,5
Serviços Financeiros	100,0	72,4	1,3	26,3	100,0	72,2	1,3	26,6
Administração e comércio de imóveis	100,0	88,0	0,4	11,6	100,0	87,7	0,5	11,8
Serviços técnico-profissionais e científicos	100,0	83,4	1,1	15,6	100,0	79,7	1,3	19,0
Serviços de TI	100,0	92,8	0,4	6,8	100,0	93,9	0,3	5,8
Serviços de apoio as empresas e serviços pessoais	100,0	90,3	0,4	9,2	100,0	89,3	0,5	10,3
Serviços Sociais - Educação, saúde e assistência, associativismo e organizações	100,0	77,2	0,9	21,9	100,0	76,5	0,9	22,5
Educação	100,0	77,9	0,9	21,2	100,0	77,3	0,9	21,8
Serviços de saúde e assistência social	100,0	78,3	0,5	21,2	100,0	77,3	0,5	22,1
Organizações associativas e organismos internacionais	100,0	72,9	1,7	25,4	100,0	72,1	2,0	25,8
Serviços Sociais - Administração Pública	100,0	53,2	1,9	44,8	100,0	54,4	1,8	43,8
Serviços Pessoais	100,0	81,4	0,7	17,9	100,0	80,8	0,8	18,4
Alojamento e alimentação	100,0	74,4	1,1	24,5	100,0	73,4	1,1	25,5
Atividades artísticas, culturais, esportivas e de rádio e televisão	100,0	78,1	1,0	20,9	100,0	78,3	0,9	20,8
Outras atividades de serviços pessoais	100,0	90,2	0,3	9,5	100,0	89,9	0,3	9,8
Serviços Domésticos	100,0	60,5	1,2	38,2	100,0	45,9	3,2	50,9

Fonte: MT - RAIS. Elaboração própria.
Nota: (1) Regiões Metropolitanas do Agreste (Arapiraca - AL), Aracaju, Campina Grande, Cariri, Fortaleza, João Pessoa, Maceió, Natal, Recife, RIDE Juazeiro e Petrolina, Ride Teresina, Salvador, São Luís e Sudoeste Maranhense.
(2) Municípios pertencentes às mesorregiões do Extremo Oeste Baiano, Sudoeste Piauiense e Sul Maranhense.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS - Cenário atual e desafios

O importante desempenho da economia nordestina entre 2004 e 2014 foi impulsionado por diversos fatores, entre eles a expansão da renda, do crédito e do emprego, além da capacidade de atrair um importante bloco de investimentos públicos e privados em infraestrutura econômica e social combinada à ampliação e consolidação das políticas públicas e ao crescimento das exportações. Esse movimento teve desdobramentos sobre o mercado de trabalho por meio da elevação do nível de emprego, da queda do nível de desemprego e do aumento da formalização dos contratos de trabalho, evidenciados pela evolução positiva dos postos de trabalho com carteira de trabalho assinada na região Nordeste e pela forte tendência à interiorização do desenvolvimento socioeconômico.

Todavia, a crise pela qual o Brasil e o Nordeste têm passado reforçou característica históricas de uma economia e de um mercado de trabalho que, a despeito da evolução positiva, não apresentaram mudanças estruturais entre 2004 e 2014. Uma melhora baseada, sobretudo, no crescimento de setores como o da construção e dos serviços, reafirmou a heterogeneidade da estrutura produtiva regional. Como reflexo, observa-se uma queda mais

intensa da atividade econômica e do emprego formal na região, relativamente à média nacional.

No entanto, é uma região com diversas potencialidades como: a possibilidade de ampliação das áreas irrigadas; o avanço na produção de energia eólica e solar, que poderia ser acompanhado de um processo de atração de investimentos industriais; a complementação de cadeias industriais engatadas nas novas indústrias que se instalaram na região no período de expansão, bem como das ligadas às novas tecnologias da informação e comunicação; a consolidação de polos tecnológicos; o desenvolvimento da economia criativa e do turismo; entre outros. O grande mercado interno regional também não pode ser desprezado, tanto em termos de crescimento da atividade econômica, quanto de sua capacidade de geração de novos postos de trabalho, pois pode impulsionar a expansão da indústria regional, do mercado imobiliário, bem como de diversos serviços.

No Nordeste, o cenário de lenta retomada da atividade econômica a partir de 2017 decorre da incapacidade de promover investimentos, o que traz dificuldades para a retomada e a sustentação do crescimento. A crise fiscal de alguns Estados nordestinos tem dificultado, ainda mais, esse movimento na região.

Em relação ao mercado de trabalho, o contexto de elevado desemprego tem impulsionado o aumento da precarização, com a ampliação do trabalho por conta própria e sem carteira, além da redução dos rendimentos médios do trabalho. O importante peso da administração pública na região pode ajudar a amortecer os impactos mais prolongados do cenário de crise e/ou baixo crescimento, mas novos desafios estão sendo colocados a partir das mudanças tecnológicas e organizacionais em curso, bem como da reforma da legislação trabalhista.

Referências Bibliográficas

ALVES, J. E. D. A transição demográfica e a janela de oportunidade. São Paulo: Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, 2008.

APOLINÁRIO, V.; SILVA, M.L. da (orgs.). Impactos dos grandes projetos federais sobre os estados do Nordeste. Natal, RN: EDUFRN, 2011.

ARAÚJO, J. B. Dinâmica recente da produção e da ocupação nas mesorregiões nordestinas. In: CGEE. Mapa da educação profissional e tecnológica: experiências internacionais e dinâmicas regionais brasileiras. 1 ed. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2015. V.1, p. 141-192.

_____. Mercado de Trabalho e Desigualdade: o Nordeste brasileiro nos anos 2000. (Tese de Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Campinas: IE/UNICAMP, 2017.

ARAÚJO, T. B. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. In: GUIMARÃES, P. F.; AGUIAR, R. A. de; LASTRES, H. M. M.; SILVA, M. M. da. (orgs.) Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste. Rio de Janeiro, RJ: BNDES, 2014.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL (BNB) E INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA). Nordeste 2022 - Estudos Prospectivos - Documento Síntese. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2014.

CANO, W.; SAMEGHINE, U. C. Diagnóstico do setor de serviços. Documento básico. Campinas: Fecamp, 1990 (mimeo).

CASTRO, C. N. de. A Agricultura no Nordeste brasileiro: oportunidades e limitações ao desenvolvimento. Texto para discussão n. 1786. Rio de Janeiro: IPEA, nov. 2012.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). Plano de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável do Nordeste Brasileiro. Brasília, DF: CGEE, 2014.

CLEMENTINO, M. do L. M.; PESSOA, Z. C. Nota Técnica: Desenvolvimento Urbano. Proposta Técnica 166: estudos prospectivos sobre o desenvolvimento do Nordeste. Fortaleza: IICA/BNB, 2013 (mimeo).

DANTAS, J. R. de Q.; CLEMENTINO, M. do L. M. O papel das cidades (inter) médias para o desenvolvimento regional: um estudo a partir dos centros sub-regionais (Pau dos Ferros-RN, Cajazeiras-PB e Sousa-PB). Geo UERJ, Rio de Janeiro, Ano 15, nº. 24, v. 1, p. 228-255, 1º semestre de 2013.

GOMES, G. M. Macroeconomia do Nordeste: tendências, desafios e perspectivas da dinâmica da economia do Nordeste e seus determinantes e das mudanças na estrutura produtiva regional. Análise temática dos Estudos prospectivos sobre o desenvolvimento do Nordeste para o BNB. Fortaleza, CE: IICA/BNB, 2014 (mimeo).

GUIMARÃES NETO, L. Mercado de trabalho no Nordeste – 2000-2010: avanços e desafios. In: GUIMARÃES, P. F.; AGUIAR, R. A. de; LASTRES, H. M. M.; SILVA, M. M. da. (orgs.) Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste. Rio de Janeiro, RJ: BNDES, 2014.

GUIMARÃES NETO, L. et al. O setor terciário de Pernambuco: um estudo exploratório. Recife: FACEPE, 2002.

GUIMARÃES, P. F.; AGUIAR, R. A. de; LASTRES, H. M. M.; SILVA, M. M. da. (orgs.) Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste. Rio de Janeiro, RJ: BNDES, 2014.

JATOBÁ, J.; ARAÚJO, J. B. Dinamismo, crise e transformações no mercado de trabalho. In: ARAÚJO, T. B.; ARAÚJO, T. P. (orgs.) Socioeconomia pernambucana: mudanças e desafios. Recife: Cepe, 2018.

LYRA, M. R. S. de B. Projeções Demográficas para o Nordeste para 2022 (produto 3). Fortaleza: IICA/BNB, 2014 (mimeo).

PEREIRA, W. E. N.; SILVA, M. L.; APOLINÁRIO, V.; MACEDO, L. D. Recortes analíticos sobre emprego formal, cidade média e políticas públicas no Nordeste. Natal: EDUFRN, 2016.

PETROBRAS. Projetos de Premium I e II foram cancelados antes de solicitação à ANP: resposta ao Globo. Blog Fatos e Dados. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/projetos-de-premium-i-e-ii-foram-cancelados-antes-de-solicitacao-a-anp-resposta-ao-globo.htm>. Acesso em: 19 de outubro de 2015.

SANTOS, V. M. "O Varejo Moderno no Brasil: A Experiência de Pernambuco". In: Varejo Competitivo, vol. 7. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

SIFFERT FILHO, N. F. et al. O BNDES e a questão energética e logística da Região Nordeste: os desafios da integração regional. In: GUIMARÃES, P. F.; AGUIAR, R. A. de; LASTRES, H. M. M.; SILVA, M. M. da. (orgs.) Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste. Rio de Janeiro, RJ: BNDES, 2014.